

**F N F**

Arquivos Históricos, CLE-Unicamp

faculdade nacional de filosofia da universidade do Brasil

---

DIRETÓRIO ACADÊMICO

1951

***F N F***

Arquivos Históricos, CLE - Unicamp

*faculdade nacional de filosofia da universidade do Brasil*

---

DIRETÓRIO ACADÊMICO

1951

# F N F

PUBLICAÇÃO DO DIRETÓRIO ACADÊMICO DA FACULDADE  
NACIONAL DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

---

Rio de Janeiro

Março de 1951

---

## SUMÁRIO

	Pág.
J. COSTA RIBEIRO — Oração de Parainíó .....	5
A. VIEIRA PINTO — O Poema de Parménides .....	12
LUIZ PAULO M. MAIA — Palavras necessárias .....	17
LÚCIA M. PINHEIRO — O problema dos fins da educação .....	22
HÉLCIO MARTINS — Uma elegia de Propércio .....	29
ANA AMÁLIA FEIJÓ — Nota introdutória ao estudo da topologia ....	32
MARIA DO CARMO C. GALVÃO — O mito da água na cultura chibcha	36
HÉLCIO MARTINS — Dois poemas de Pedro Salinas .....	39
FRED PINHEIRO — Poema .....	40
GLADSTONE C. MELO — A constituição do vocabulário .....	41
SÉRGIO MASCARENHAS, IVAN FREIRE, LUIZ PAULO MAIA — Comunicação científica .....	48
TEMÍSTOCLES CAVALCANTI — Parecer .....	52

---

Direção — HAMILTON FERREIRA

Sede — Av. Presidente Antônio Carlos, 40 — 4.º and. — Rio.

# ORAÇÃO DE PARANINHO

do Prof. J. COSTA RIBEIRO

(Chefe do Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia)

Proferida na Solenidade de Colação de Grau da Turma de Licenciandos de 1950, em 27 de dezembro de 1950, no Teatro Municipal

Senhor Diretor da Faculdade Nacional de Filosofia,  
Senhores Professores,  
Minhas Senhoras e meus Senhores,  
Meus caros Licenciandos,

Não tendo eu encontrado, por mais que procurasse no fundo da minha desvalia pessoal, qualquer título justificativo da escolha do meu nome para a honrosa distinção que me foi conferida, de presidir como paraninfo a esta solenidade, só posso interpretar o vosso inexplicável gesto, senhores Licenciandos, pelo prestígio inesperado e paradoxal de que se reveste, nos estranhos tempos que estamos vivendo, a ciência que humildemente leciono, em nossa querida Faculdade Nacional de Filosofia.

Tal circunstância aumenta ainda mais a responsabilidade de quem vos dirige a palavra neste momento, pelo temor de não corresponder à vossa confiante e generosa expectativa. Esperaríeis certamente ouvir algo de substancial e profundo, algo capaz de permanecer em vossas memórias e em vossos corações e que vos pudesse servir no futuro de inspiração e de estímulo, agora que ingressais, com as superiores responsabilidades inerentes ao magistério, no limiar desta segunda metade do orgulhoso século XX, que se batizou a si mesma com a pretensiosa denominação de *idade atômica*.

Estou em que saíreis daquíl desiludidos com o orador, mas, seja qual for o vosso desencanto, reste-vos pelo menos a certeza de que, embora falto de outras virtudes, éle procurou honrar a vossa confiança com a mais absoluta honestidade intelectual e com a mais profunda sinceridade de propósitos.

Este exórdio torna-se ainda mais necessário por dirigir-se a vós, jovens Licenciandos, que acabais de deixar os bancos universitários e que entráis em contacto com as realidades do mundo, nesse admirável período da vida em que não se tolera o menor afastamento entre aquelas realidades e a linha inflexível das construções ideais. Por isso vossos juízos são sempre implacáveis, vossas críticas são recortadas em arestas vivas e contundentes, vossa visão das cousas desenha-se em preto e branco, num contraste violento de sombra e de luz, como as paisagens ensolaradas do meio dia, sem a suavidade compreensiva das penumbras do entardecer. E nisto está justamente a beleza da vossa força e a espontaneidade da vossa coragem.

Possuis em alto grau aquilo a que o grande Pascal chamava *esprit de géométrie*, mas não vos esqueçais de que a essa categoria do espirito o mesmo autor contrapunha uma outra, a que denominava *esprit de finesse*, e que além das razões da inteligência, não esquecia de considerar também as *razões do coração*.

Por isso sois considerados muitas vezes superficialmente como eternos descontentes, vossas amarguras são levadas por muitos à conta de mórbido pessimismo, e vossa precoce maturidade é subestimada a pretexto de vossa inexperiência.

São estas talvez as razões pelas quais já constituem entre nós uma espécie de tradição universitária, uma das nossas poucas tradições universitárias, os discursos de formatura impregnados desse descontentamento iniludível, dessas críticas desapiedadas, desses clamores por uma reforma que altere substancialmente os currículos escolares, a organização dos estudos superiores, a estrutura das Escolas e das Univer-

sidades, quando não os próprios fundamentos da organização social ou das instituições políticas.

Temos que considerar serenamente esta atitude daqueles que concluem os cursos de nossas escolas superiores, como um fato de observação, temos que analisá-la friamente como um dado sociológico da nossa realidade universitária, em contraste com o que se passa em outros países, onde a Universidade, a alma mater, deixa no espírito dos que a ela se associaram como estudantes, durante os melhores anos da vida, as mais agradáveis recordações e os sentimentos do mais sincero respeito e da mais profunda veneração.

Não me parece este o momento oportuno para analisar e discutir as causas desse contraste paradoxal. É claro porém que não basta afastar sumariamente o problema sob a epigrafe técnica de um **desajustamento**, nem creio que se possa considerá-lo resolvido pelo simples fato de classificá-lo sob o rótulo psicológico das **atitudes e dos comportamentos**.

Há em tudo isso qualquer coisa de mais profundo. Essa inquieta amargura dos moços, desde que não desça ao terreno escorregadio das agressividades pessoais e não se exceda ultrapassando os limites da discreção e do respeito mútuo, deve constituir, na verdade, matéria de singular importância para a nossa meditação e deve ser encarada não com hostilidade e ressentimento, mas antes com simpatia e interesse por aqueles a quem compete a difícil tarefa de preparar os que virão amanhã ouvir destas mesmas cadeiras, e desta mesma tribuna as mesmas amarguradas críticas que nós mesmos talvez já tenhamos formulado, quando terminamos nossos estudos universitários...

É com este espírito, objetivo, sereno e compreensivo, sem rancores e sem ressentimentos, que os vossos mestres de ontem, os vossos amigos de hoje, senhores Licenciandos, acolhem as vossas críticas, e as manifestações da vossa inquietação e do vosso descontentamento.

Só uma coisa, entretanto, vos peço, sede tolerantes para com o meu entusiasmo e para com o meu otimismo...

Não penseis que eu não veja os nossos problemas, que eu não sinta os nossos defeitos, que eu não reconheça os nossos erros.

Vejo-os, sinto-os, reconheço-os, mas com a perspectiva de quem viu, sentiu e conheceu tempos bem menos favorecidos que os atuais.

#### IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DIPLOMADOS

Antes da criação da Faculdade Nacional de Filosofia que é um dos mais jovens institutos da Universidade do Brasil, pois conta apenas onze anos de vida, o nosso professorado secundário era o fruto da mais aleatória improvisação, recrutado quase que exclusivamente entre elementos mais ou menos fracassados das profissões liberais, sem estudos sérios e específicos das disciplinas a lecionar e sem a menor formação didática e pedagógica. Daí resultavam a duvidosa qualidade do ensino ministrado, o baixo padrão da remuneração das tarefas docentes e, o que é ainda muito mais grave, o preparo deficiente das mais amplas camadas sociais, daquelas justamente cujo tipo de formação e de instrução define o nível cultural de um povo.

Os maus resultados desse nefasto empirismo até hoje se fazem sentir, e seria illusório supor que onze anos fossem suficientes para corrigir os erros de quatro séculos.

Apesar da criação de outras Faculdades de Filosofia, nesta capital, e em alguns Estados da Federação, o número de professores até hoje licenciados em todo o Brasil é ainda muito pequeno tendo-se em vista as grandes tarefas a realizar nesse domínio, em todo o território nacional.

Por isso justifica-se plenamente uma ampla campanha de esclarecimento da opinião pública sobre a alta, a nobre e importantíssima missão dos professores diplomados. Por isso constitui medida de verdadeiro saneamento cultural, a defesa intransigente dos direitos, assegurados por lei, aos Licenciados das Faculdades de Filosofia do País, defesa que visa menos o interesse pessoal daqueles que se prepararam especificamente para a difícil tarefa do magistério, do que o interesse superior

da própria coletividade, beneficiária direta da elevação do nível da cultura do povo que só uma boa educação secundária é capaz de realizar.

Ninguém hoje discute a conveniência da regulamentação do exercício da medicina, nem as prerrogativas legais conferidas àquêles que, mediante estudos sérios e acurados, obtiveram títulos de aptidão específica que os distinguem dos simples curandeiros e charlatães. Poucos porém são os que se dão conta das graves responsabilidades que envolvem as tarefas do ensino e do perigo de confiar a inteligência das nossas crianças e dos nossos adolescentes ao empirismo pretensioso e primário de tantos curandeiros intelectuais que a si mesmos se atribuem o prestigioso título de professor. Uma análise, embora sumária, de muitos livros de texto que ainda hoje são largamente utilizados pelos escolares do Brasil, fornece exemplos impressionantes dos perigos acima apontados, e revela a necessidade imperiosa de um profundo e amplo movimento em prol da formação profissional do magistério secundário em nosso País.

Ora, apesar das críticas que poderão sempre ser feitas à organização, aos currículos, aos programas, aos cursos e aos professores das Faculdades de Filosofia, não se pode negar que o simples fato da existência dessas Faculdades, com sua finalidade específica de formação de professores secundários, constitui um progresso notável em confronto com a situação reinante há dez ou quinze anos atrás.

E a esse propósito seja-me permitido prestar aqui um depoimento pessoal baseado numa experiência de muitos anos de exercício do magistério no Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia.

O material humano que ocorre anualmente aos cursos da nossa Faculdade é, via de regra, de um valor acima do comum.

Ao contrário das outras escolas ou faculdades procuradas tradicionalmente por uma grande massa de estudantes que acorrem aos seus cursos apenas para obter um título profissional que os habilite a uma rendosa profissão liberal, ou ainda para satisfazer à vaidade ou ao capricho de tantos pais que desejam ter um filho doutor a Faculdade Nacional de Filosofia, é em geral procurada por aquêles que apresentam na verdade uma precoce vocação para as árduas tarefas do magistério, ou uma inclinação decidida para os estudos desinteressados ou ainda uma indefinível atração para a pesquisa científica.

Os resultados obtidos por êsses estudantes têm sido, muitas vezes, excepcionais, e em alguns casos verdadeiramente espetaculares.

E nisto sobretudo reside, meus amigos, a razão profunda do meu entusiasmo e do meu otimismo.

#### AS ATIVIDADES DE PESQUISA NAS FACULDADES DE FILOSOFIA

É preciso não esquecer que, ao lado da finalidade de formar professores, cuja importância acima assinalamos, têm ainda as Faculdades de Filosofia o objetivo precípuo de realizar investigações científicas.

Nesse particular, não desejo aventurar-me em terreno alheio ao da minha especialidade, mas, no que diz respeito à Física, penso que se pode afirmar com segurança que no Brasil o início das investigações sistemáticas nesse terreno data da fundação, em 1934, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo, seguida logo depois, pela Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal que se deveria transformar pouco mais tarde (1939) na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Esta afirmação não tem o caráter gratuito e aleatório de uma opinião pessoal ou de uma apreciação subjetiva, mas pode ser fundamentada estatisticamente pelo estudo da produção científica brasileira no campo das ciências físicas, nos últimos vinte anos.

O histograma do número de trabalhos originais sobre Física Experimental e Física Teórica, publicados em revistas científicas nacionais e estrangeiras por elementos dos centros brasileiros de investigação entre os anos de 1929 e 1949, mostra que esse número, oscilando em torno de uma média de três trabalhos por ano até 1933,

começa a subir em 1934 com inclinação acentuada, e depois de um transitório decréscimo no período de 1941 a 1942, provavelmente relacionado com o estado de guerra, continua a subir no mesmo ritmo acelerado, alcançando nos últimos três anos uma média cerca de dez vezes maior do que a registrada antes da fundação das Faculdades de Filosofia.

Não se trata de uma simples coincidência, mas do resultado objetivo da organização de centros de investigação nessas Faculdades com um mínimo de equipamento material necessário à realização de trabalhos experimentais e em torno dos quais formaram-se pequenas equipes de investigadores de valor, com a determinação de executar pesquisas científicas originais.

O Departamento de Física da Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo transformou-se logo no mais importante centro de pesquisas físicas da América do Sul, realizando, pela primeira vez no Brasil, investigações originais sobre raios cósmicos e sobre física nuclear. Sob a orientação de pesquisadores de valor como GLEB WATAGHIN, o descobridor dos *showers* de partículas penetrantes na radiação cósmica, e GIUSEPPE OCCHIALINI, co-audor da Câmara de WILSON automática, estudaram e formaram-se naquele Departamento, os elementos de uma importante equipe de físicos brasileiros tanto teóricos como experimentais.

Dentre estes últimos não podemos deixar sem uma referência especial o jovem cientista patricio CESAR LATTES, que depois de fazer todos os seus estudos nos laboratórios daquele Departamento e de se diplomar por aquela Faculdade de Filosofia, seguiu para a Grã-Bretanha em 1945, onde, associado ao grupo de físicos de Bristol, ajudou a aperfeiçoar a chamada técnica das emulsões para pesquisas nucleares, que tem sido um dos mais poderosos instrumentos de investigação experimental da física moderna.

Utilizando essa técnica, LATTES descobriu em 1947, em colaboração com OCCHIALINI e POWELL, um novo corpúsculo fundamental, o chamado *meson  $\pi$*  ou *meson* pesado e comprovou o fenômeno de sua desintegração espontânea, dando origem aos *mesons* leves que tinham sido até então os únicos observados na radiação cósmica. Essa descoberta, de grande importância pela sua repercussão na teoria das forças nucleares e na interpretação das relações genéticas entre os corpúsculos fundamentais, não teve grande divulgação entre o público leigo mas foi devidamente apreciada pelos especialistas, tendo sido com justiça qualificada pelo Prof. O. SALANT, Diretor do Brookhaven National Laboratory dos Estados Unidos, em artigo publicado na revista "Physics Today", como "o mais notável trabalho de Física dos últimos dez anos". E ainda há poucos dias o cientista britânico CECIL POWELL, a quem acaba de ser conferido o prêmio Nobel de Física no corrente ano, justamente pelos seus trabalhos sobre a técnica das emulsões nucleares, declarava a um representante da imprensa que de certa maneira o Brasil ajudara-o a ganhar o prêmio Nobel, acrescentando: "Durante algum tempo CESAR LATTES foi meu colaborador. Fizemos muitas pesquisas juntos, antes de ele ir para Berkeley, nos Estados Unidos. É um cientista de grande valor que muito poderá fazer ainda pelo mundo, se contar com meios para isto".

É interessante assinalar que ao partir para Berkeley em começos de 1948, LATTES tinha a convicção profunda de que, utilizando a técnica das emulsões nucleares, conseguiria detectar os *mesons* pesados que teoricamente deveriam ser produzidos no grande *ciclotron* do Radiation Laboratory, mas que há mais de um ano vinham sendo procurados infrutiferamente pelos físicos norte-americanos. E de fato poucos dias após haver chegado, trabalhando em colaboração com o saudoso cientista EUGENE GARDNER, conseguiu detectar o *meson* pesado artificial, realizando assim a mais espetacular descoberta da Física, nos últimos anos, pois constitui a primeira travessia experimental da fronteira que separava a física nuclear da física ultra-nuclear, ou seja a física das relações genéticas entre os próprios corpúsculos pesados fundamentais.

Demorei-me sobre este exemplo, meus amigos, para justificar as razões do meu otimismo e do meu entusiasmo quanto à qualidade excepcional dos jovens estudantes das nossas Faculdades de Filosofia, e também para comprovar a tese que



defendo, de que já é possível preparar no Brasil os elementos necessários à realização de pesquisas fundamentais de grande alcance científico, conquistando assim para o nosso País o incomparável prestígio cultural de ser a pátria de descobridores e de pioneiros que abrem novas fronteiras para a ciência, uma das mais altas glórias intelectuais a que pode aspirar um povo civilizado.

Ao exemplo espetacular de CÉSAR LATTES, poderia ainda acrescentar o título das pesquisas teóricas de MARIO SCHÖNBERG, autor de uma moderna teoria do *electron puntiforme*, que elimina grande parte das dificuldades e divergências que se apresentam no estudo aprofundado desse corpúsculo. Poderia citar ainda os sucessos sem precedentes alcançados em Princeton, o mais alto centro de Física Teórica dos Estados Unidos, pelos Professores LEITE LOPES e JAYME TIOMNO, ambos diplomados pela nossa cara Faculdade Nacional de Filosofia. LEITE LOPES atacando o difícil problema da teoria das forças nucleares, que constitui a questão central da moderna física teórica, trabalhou durante dois anos em Princeton, com os maiores físicos modernos: o prêmio Nobel WOLFGANG PAULI, da Suíça, e o Prof. ROBERT OPENHEIMER, substituto de ALBERT EINSTEIN no Institute for Advanced Studies de Princeton, e JAYME TIOMNO, meu antigo assistente nesta Faculdade, que acaba de regressar da América do Norte onde trabalhou com o grande físico ARCHIBALD WHEELER, que o classificou como o melhor post-graduado que já frequentara seus cursos em Princeton.

No domínio da Física Experimental, nosso modesto laboratório do Departamento de Física da Faculdade Nacional de Filosofia, já conseguiu também alguns resultados interessantes, como por exemplo a descoberta, feita em 1944, de um novo fenômeno físico, consistindo na produção de cargas elétricas associadas às mudanças de estado físico, fenômeno este cuja confirmação acaba de ser feita por WORKMAN e REYNOLDS nos Estados Unidos, onde começa agora a ser considerada não só a sua importância para uma nova interpretação dos fenômenos elétricos da atmosfera, como ainda a possibilidade de sua aplicação como um novo método de análise físico-química.

#### PERSPECTIVAS FUTURAS

Ora, se os resultados acima indicados foram obtidos, apesar de todas as dificuldades que bem conhecemos e dos poucos recursos em material e pessoal com que lutam os nossos laboratórios, quais não seriam os frutos alcançados se a pesquisa científica fosse na verdade uma atividade permanentemente amparada e estimulada, e sobretudo se uma estruturação mais adequada viesse permitir, uma ampliação dos quadros dos departamentos científicos da Faculdade com a constituição de um corpo de pesquisadores menos sobrecarregados com tarefas didáticas de modo a se poderem dedicar de maneira mais ampla à investigação. Quantos benefícios não seriam alcançados por uma ampliação do regime de tempo integral, em boa hora iniciado no corrente ano na Universidade. A reestruturação dos departamentos científicos reagrupados em uma Faculdade de Ciências, que, sem prejuízo das atuais tarefas de ministrar os cursos de formação, preliminares à complementação pedagógica, viesse permitir uma ampliação das atividades de pesquisa, parece-me que será o desenvolvimento natural do organismo das Faculdades de Filosofia, que, inicialmente, foram constituídas, por assim dizer, como pequenas Universidades dentro das Universidades, tal a multiplicidade dos cursos e das tarefas que lhes incumbem realizar.

As perspectivas que se nos apresentam para um futuro próximo no terreno da Física são, a meu ver, muito animadoras.

Já se começa a sentir entre os responsáveis pela coisa pública, mais interesse pelo desenvolvimento da pesquisa científica pura, reconhecendo-se o seu valor incontestável para o progresso do País.

A proposta de criação de uma cadeira de Física Nuclear, em nossa Faculdade, proposta esta nascida no Departamento de Física e amparada pelo prestigioso apoio da nossa Congregação, do Conselho Universitário e do então Reitor, o atual Ministro Dr. PEDRO CALMON, tendo encontrado boa acolhida também por parte do Sr. Ministro da Educação, foi encaminhada ao Congresso por uma mensagem do Sr. Presidente



da República, e embora após demorada travessia pelas salas do Parlamento, acaba de ser aprovada pelo Senado Federal.

Uma perspectiva também altamente interessante é a que resulta do projeto de lei, em vias de aprovação no Senado, criando o Conselho Nacional de Pesquisas, iniciativa do eminente brasileiro Almirante ALVARO ALBERTO, instituição essa que, nos termos do próprio projeto, "terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento".

Outra iniciativa de grande valor foi a criação, há cerca de dois anos, do "Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas", sob a direção científica de CESAR LATTES. Visando promover o desenvolvimento das pesquisas físicas no Brasil, esse Centro iniciou suas atividades angariando recursos e concedendo bolsas de estudo, das quais já se têm beneficiado vários estudantes da nossa Faculdade. Atualmente está formando uma equipe de pesquisadores nos seus laboratórios recentemente instalados em terreno cedido pela Universidade do Brasil, e mediante acordo há pouco firmado com a mesma Universidade, pelo qual lhe foi concedido o mandato universitário, está colaborando eficientemente com a nossa Faculdade nas tarefas de formação de físicos e na realização de pesquisas originais. O recente projeto de lei apresentado à Câmara Federal, abrindo um crédito substancial para a aquisição de equipamentos de vulto para pesquisas de física nuclear, é mais um sintoma de que estamos realmente presenciando no Brasil a um surto notável do desenvolvimento da pesquisa científica, se bem que em nossa análise nos tenhamos limitado apenas à consideração da pesquisa no campo das ciências físicas.

#### O PROBLEMA DO VALOR HUMANO DA CIÊNCIA

Mas, perguntareis, será que é este o caminho certo, será que trabalhando pelo progresso da Ciência e particularmente pelo progresso da Física, e mais especificamente ainda, pelo desenvolvimento da Física Nuclear, estaremos realmente trabalhando para a felicidade do gênero humano e não para a sua completa e total destruição?

É esta a pergunta, talvez não formulada, mas que está implícita no consciente ou no subconsciente de todos aqueles que refletem sobre a hora sombria que estamos vivendo.

Não tenhamos a ilusão de pensar que a própria ciência nos possa fornecer a resposta para esta pergunta.

Na verdade a ciência é indicativa e não imperativa, ela nada nos diz sobre a finalidade das ações humanas, ela nos ensina apenas que certa dose de uma substância produz a cura de uma enfermidade e tal outra dose determina a morte do paciente, mas a utilização desse conhecimento para uma ou outra dessas finalidades, resulta de uma ordem de considerações que escapa por completo aos limites próprios da ciência.

A física moderna ensinou ao homem quais os meios de que deve lançar mão para libertar as imensas reservas de energia armazenadas nos núcleos atômicos, mas nada lhe pode ensinar quanto aos fins para os quais elas deverão ser empregadas.

É somente na ordem dos valores morais, na hierarquia das realidades espirituais, no domínio das concepções filosóficas e religiosas sobre as finalidades da vida e do mundo, sobre as origens e os destinos do homem, que se pode encontrar a resposta para estas perguntas.

Já de há muito foi superado o ingênuo cientificismo do século XIX que supunha que a Ciência (com C grande), cedo ou tarde traria a solução definitiva para todos os problemas humanos.

A este propósito é oportuno transcrever aqui as palavras profundas e que hoje já podemos considerar como proféticas, pronunciadas pelo grande pensador e filósofo dos nossos tempos, JACQUES MARITAIN, na II.ª Conferência Internacional da Unesco, reunida na Cidade do México em 1947, ao abordar o momentoso problema do valor humano da ciência:

"O advento da era atômica desvendou de repente ao mundo a face terrível desse problema. O homem não acredita mais que a ciência e a técnica somente possam assegurar o progresso e a felicidade da sua espécie. Ele é ao contrário

tomado de pavor, vendo as destruições e as calamidades que elas podem engendrar. Os homens de ciência interrogam-se; e é com profundo respeito, e procurando discernir todo o alcance do drama evocado por ela, que devemos considerar a angústia de um sábio de gênio como Albert Einstein.

Não basta chamar a atenção dos povos para as catástrofes de fim de mundo, com que nos ameaçam as descobertas da física moderna, se um novo conflito armado se viesse a produzir. *La peur ne suffit pas à rendre sage.* Não basta tão pouco dizer-lhes que estas mesmas descobertas, se fôrem empregadas para as obras da paz, poderão abrir ao gênero humano inauditas perspectivas de prosperidade e de libertação: *Une possibilité ne suffit pas à faire le bonheur*".

E acrescenta, com intuição profética, o grande filósofo:

"O que se pede à inteligência humana é que ela tome consciência do fato de que entramos num período crucial de nossa história, no qual, sob pena de morte, as gigantescas forças obtidas pelo domínio científico da matéria, deverão ser submetidas à razão, vencendo as tentações irracionais a que está sujeito o ser humano, sobretudo em sua existência coletiva. E também que ela compreenda que há uma hierarquia interna e uma conexão vital entre as virtualidades da alma humana e que a ciência tem por domínio próprio os meios, mas que o domínio dos fins, decorre de alguma coisa que não é a ciência e que é incomensurável com ela e que é a sabedoria; e que não haverá no mundo de amanhã, nem paz, nem liberdade, nem dignidade asseguradas para nós, enquanto nas estruturas da civilização, e na consciência dos homens e dos próprios sábios, a ciência e a sabedoria não se tiverem reconciliado, e as aplicações da ciência não estiverem subordinadas ao reto agir moral e aos verdadeiros fins da vida humana".

Nesta magistral exposição do problema do valor humano da ciência, vemos até que ponto são falaciosas as ilusões científicistas de uma filosofia naturalista, que pretenderia reduzir os graves e complexos problemas da consciência e da liberdade humanas a simples reflexos condicionados, ou à evolução e sublimação de certos impulsos primários que seriam os únicos determinadores das atitudes e dos comportamentos do ser humano.

E sentimos ainda com mais força o peso das responsabilidades de que estão investidos os que se consagram às tarefas do espírito, e dentre estes, mais especificamente, aqueles que como vós, senhores Licenciandos, terão a seu cargo a formação intelectual das gerações futuras.

Estou certo de que não vos deixareis iludir pela auto-suficiência pretensiosa de uma pseudo-ciência, que ignora seus próprios limites e extrapola o domínio de aplicação dos seus métodos específicos.

O estudo sério e aprofundado da ciência liberta-nos de todas essas ilusões, tornando-nos humildes e simples, e abrindo ao nosso espírito as perspectivas superiores de outras realidades, essenciais à orientação de toda a nossa vida, e que definem os critérios de valor pelos quais devemos pautar todas as nossas ações.

Os anseios de paz e de felicidade que se abrigam no fundo da alma humana têm sido maldosamente explorados em nossos dias por uma propaganda intencional visando a capitulação pacífica do mundo a uma ideologia materialista, para a qual o último argumento é afinal a violência e, portanto, a própria guerra.

Mas tais anseios não poderão ser atendidos se os homens continuarem a viver dominados pelos interesses materiais, escravizados às próprias paixões, cegos à luz superior das mais puras realidades espirituais e surdos ao apelo d'Aquêle que há vinte séculos do alto das montanhas serenas da Galiléia, faz ouvir até hoje a sua voz infável, formulando aos homens de todos os tempos a promessa suprema: "Eu vos deixo a paz. Eu vos dou a minha paz".

---

---

# O POEMA DE PARMÊNIDES

---

---

Tradução literal sobre o texto grego, segundo Mullach

Por A. Vieira Pinto

## PROÊMIO

Os cavalos que me carregam e me conduziram tão longe quanto o ânimo desejava,

[e] depois caminharam, levando-me pelo caminho glorioso da Deusa a qual conduz  
ela própria, por toda parte o mortal sapiente;

por aí fui levado, pois os cavalos hábeis por aqui me conduziam puxando o carro;

donzelas indicavam o caminho, donzelas filhas do Sol, que tinham abandonado a  
morada da noite pela luz, tirando da cabeça o véu com as mãos.

o eixo [rodando] nos cubos das rodas [e], aquecendo-se, fazia sair um estridor de  
apito, pois era apressado de ambas [as extremidades] pelas duas rodas  
girantes, quando [os cavalos] se precipitavam a transportar-me.

Aí estão [situadas] as portas dos caminhos da noite e do dia, e ambas têm a sua  
parte superior e a soleira de pedra,

e elas são fechadas ao éter por imensos batentes, dos quais a Justiça vingadora tem  
as chaves alternas [do Dia e da Noite].

As donzelas, implorando-a com palavras blandiciosas, persuadiram-na hábilmente a  
que arrancasse rapidamente das portas o ferrolho preso por uma lingüeta;

elas então, tendo escancarado o [imenso] vão das portas, mantiveram-no aberto,  
tendo prendido alternadamente os gonzos de muito cobre nas cavidades,  
segurando-os por meio de cavilhas e cravos;

por este modo, então, as donzelas conduziram diretamente através delas pela larga  
estrada o carro e os cavalos.

E a deusa me recebeu magnânima, tomou a [minha] mão direita na [sua] mão; e dirigindo-se a mim, proferiu estas palavras:

Ó jovem que chegas à nossa morada acompanhado por cocheiros imortais, com cavalos que te trazem,

salve, já que não [é] a má sorte [que] te envia a trilhar este caminho (pois na verdade está fora da estrada freqüentada dos homens), mas o Direito e a Justiça.

Há necessidade de tudo aprenderes, tanto o imutável coração da verdade persuadente, quanto as opiniões dos mortais, nas quais não está contida a verdadeira fé.

Mas, de todo modo, também, aprenderás isto, que é necessário conhecer convenientemente as coisas aparentes, penetrando sempre tudo.

#### O QUE SE REFERE À VERDADE

Ora vamos, eu [te] direi, e tu, tendo ouvido este discurso, recolhe-o, [a saber], que únicos caminhos de investigação há para se pensar:

um, que [o Ser] é, e que [o] Não-ser não é,

é o caminho da persuasão, pois a verdade [o] acompanha;

o outro, que [o Ser] não é, e que o Não-ser necessariamente é,

este, por isso, eu te declaro, ser uma senda inteiramente inescrutável;

pois nem poderias conhecer o que não é (pois não é atingível) nem poderias exprimi-lo.

Pois o mesmo é pensar e ser.

É-me indiferente de onde começo, pois aí voltarei de novo.

\* \* \*

É necessário o dizer e o pensar serem o que é, pois o Ser é, e o Não-ser nada [é]; eu te ordeno compreender isto:

em primeiro lugar afasta o [teu] pensamento deste caminho de investigação;

e depois [afasta-te ainda] do [caminho] em que os mortais de duas cabeças, que nada sabem, se perdem;

pois em seus peitos a desorientação dirige o espirito divagante;

e eles, surdos e cegos, são levados de um lado para o outro, espantados, raça [de homens] que não podem distinguir [as coisas], e que julgam que ser e não ser é o mesmo e não é o mesmo;

[e para os quais] de tudo há o caminho de retórno.

\* \* \*

Pois nunca terás conhecimento disto: serem as coisas que não são; mas afasta o [teu] pensamento deste caminho de investigação, nem o hábito te obrigue a dirigir por este caminho muito experimentado o olhar irrefletido, o ouvido atordado de ruídos e a língua;

porém, julga com a [tua] razão a argumentação muito controvertida, proferida por mim. Resta somente um caminho de argumentação, que é;

neste, há muitos sinais: de que [o que é] é incriado e indestrutível, inteiro, unigênito, imóvel e sem fim;

não foi jamais, nem será, já que é agora todo igual, uno [e] contínuo.

Pois que origem buscarás para êle?

de que maneira e de onde nasceria;

não te permitirei dizer nem pensar [que seja] do que não é;

pois não é dizível nem pensável que [o que] é não é;

que necessidade o levantaria [do nada] depois ou antes?

Pois nascimento e princípio não [convém] ao que é.

Assim, é necessário ou ser inteiramente ou não ser.

Nem em algum tempo a força da crença permitirá gerar-se do que é algo além dêle mesmo.

Por isso a Justiça não [o] deixa nem ser gerado nem perecer, livrando-o dos grilhões, mas [o] mantém.

A decisão a respeito destas coisas está no seguinte: [ou] é ou não é.

Está decidido, então, como é necessário abandonar um [caminho] [por ser] impensável, inominável (pois não é o caminho verdadeiro), de modo a o outro existir e ser verdadeiro.

Como o que é seria no futuro? Como teria vindo a ser?

Se tivesse vindo a ser, não é, nem se em algum momento vier a ser;

assim está extinta tanto a geração como a morte inacreditável.

Nem é divisível, já que é todo igual, nem [é] algo mais em alguma parte, o que o impediria de ser contínuo, nem [é] algo menos [em outra parte];

mas é inteiramente cheio do que é;

por isso é inteiramente contínuo, pois o que é está junto do que é.

Ademais, é imóvel nos limites das [suas] poderosas cadeias, sem começo, sem fim, porque a gênese e a destruição foram afastadas para muito longe, a crença verdadeira expulsou-[as];

idêntico, permanecendo no mesmo [estado], está posto por si mesmo;

assim, firmemente aí permanece;

pois poderosa necessidade [o] mantém nas cadeias do limite e por todo lado [o] aperta. É por isto que não é lícito o que é ser infinito;

pois não é necessitado [de nada] e, sendo, [necessitado? infinito?] necessitaria de tudo.

Contempla firmemente como presentes ao [teu] espírito as coisas que contudo estão ausentes;

pois [o espírito] não separará o que é de ser contínuo ao que é,

nem dispersando [-o] inteiramente em tôdas as direções pelo universo [?] [em ordem?]  
nem conjuntando [-o].

É idêntico o pensar e [aquilo] por causa de que há o pensamento;

pois não acharás o pensar sem o ser, no qual é enunciado;

pois nenhuma outra coisa é ou será além do que é;

porque o destino o acorrentou [de modo a] ser único e imóvel, e por isto tôdas estas coisas que os mortais estabeleceram, julgando serem verdadeiras, são [apenas] nomes, [a saber:] gerar-se e destruir-se, ser e não ser, mudar de lugar e alterar a côr brilhante.

Mas, visto que o limite extremo é perfeito, [o Ser] é semelhante à massa de uma esfera bem redonda em todos os sentidos, igualmente [distante] do centro em tôdas as direções;

pois é necessário não haver [algo] nem mais nem menos nesta ou naquela parte.

Pois, nem é o que não é, o que o impediria de atingir a homogeneidade, nem o que é [tal] que fôsse mais do que é em alguma parte e menos em outra parte, porque é todo inviolável.

Pois sem dúvida encontra-se uniformemente nos limites, igual em tôdas as direções.

Aqui ponho termo, para ti, ao raciocínio fidedigno e à cogitação sôbre a verdade;

aprende, daqui em diante, as opiniões dos mortais, ouvindo a beleza enganadora das minhas palavras.

#### O QUE SE REFERE À OPINIAO

Pois [os mortais] decidiram em [seus] pensamentos denominar duas formas:

(das quais uma não se deve [denominar], e nisto estão errados)

e distinguiram [-nas] [como] corpos contrários e deram [-lhes] sinais a uma separadamente da outra;

aqui, o fogo celeste da chama, que é calmo, muito rarefeito, idêntico a si próprio em tôdas as direções e não idêntico ao outro;

e o outro, por si mesmo, ao contrário, noite escura, corpo denso e pesado.

Eu te direi a disposição destas [duas coisas], tudo provável, a fim de que nunca alguma doutrina dos mortais te desvie.

\* \* \*

E já que tôdas as coisas foram denominadas luz e noite e aquillo [que é] segundo as qualidades destas [foi atribuido] à estas ou aquelas [coisas],

tudo está chelo ao mesmo tempo de luz e de noite escura, de ambas igualmente, pois [uma] nada [tem de comum] com a outra.

\* \* \*

As [coroas? orbes?] mais estreitas foram feitas de fogo puro, e as que se seguem a estas de noite, e uma parte de chama lança-se com [estas].

No meio destas [coroas] [está] a Divindade que tudo governa;

pois, em tôda a parte [é ela] o princípio do terrível parto e do coito, enviando a fêmea a unir-se ao macho, e inversamente ainda o macho à fêmea.

\* \* \*

[Ela] formou Eros, o primeiro de todos os deuses.

\* \* \*

Tu conhecerás a natureza do céu e todos os sinais [que há] no céu e as ações invisíveis da tocha pura do sol resplandecente e de onde provieram,

e aprenderás as ações circunvagantes e a natureza da lua redonda;

tu conhecerás também o céu que envolve tudo, de onde nascem e também como a necessidade que o dirige o constrangeu a manter os limites dos astros.

\* \* \*

Como a terra, o sol, a lua, o firmamento comum, a Via Láctea, o extremo Olimpo, e a força ardente das estrelas foram precipitadas na existência.

\* \* \*

Luz alheia que brilha à noite, errando ao redor terra.

\* \* \*

[Ela está] sempre olhando para os raios do sol.

\* \* \*

Pois assim como cada homem tem a constituição dos [seus] membros de muitas curvas, assim também o espirito foi trazido ao homem;

pois a mesma coisa é aquillo que pensa, a natureza do corpo, nos homens, em todos e em cada um;

pois [o elemento] que há em maior quantidade é [que determina] o pensamento.

\* \* \*

A direita, meninos, à esquerda, meninas.

\* \* \*

Assim, na verdade, segundo a opinião, estas coisas nasceram e agora são e mais tarde, a partir de agora, tendo se desenvolvido, morrerão;

os homens impuseram nomes a estas coisas, [como] característica para cada uma.



# Palavras Necessárias

LUIZ PAULO MESQUITA MAIA

(Licenciado em Física; aluno da 3.<sup>a</sup> série do Curso de Matemática)

## Discurso de Orador da Turma de Licenciandos de 1950

Disseram-nos que um discurso de Formatura devia ser uma oração de alegria, de concórdia e confraternização. E que só o lado festivo das coisas devia ser abordado. Tal não é, entretanto, o nosso modo de sentir e de pensar. Cremos que uma Oração de formatura não deve ser uma simples peça literária provida apenas daquela sonoridade óca que tão bem se presta a disfarçar a ausência de conteúdo. Cremos, sim, que uma Oração de formatura deve conter, acima de tudo, uma análise serena e objetiva das condições e perspectivas que confrontam a classe da qual a turma de Formandos é integrante. E como uma Colação de grau é ainda um ato da vida estudantil, essa análise deve incluir, necessariamente, o período de vida universitária. Se honesta e objetivamente feita, uma tal análise é, via de regra, nos tempos que correm, danosa ao orador. Este o motivo de se ter generalizado o conceito de que uma Oração de formatura deve saber a água de rosas e distilar incenso. É que a muitos falta a coragem necessária para denunciar os inimigos de suas classes, quando eles existem e são poderosos, ou apontar as irregularidades de que tenham conhecimento.

## DO ENSINO E DA PESQUISA

Queremos dizer algumas palavras sobre o conjugado ensino-pesquisa. Tão deformada por improvisações apressadas está a carreira de professor secundário no Brasil que o falar nele como pesquisador científico só desperta risos. E no entanto, nos países europeus e nos Estados Unidos da América do Norte, o professor secundário é, em geral, também, pesquisador científico. Nesses países, ao contrário do que aqui se dá, o governo compreende plenamente a importância fundamental do magistério secundário e essa compreensão se traduz no fiel cumprimento de uma sábia e sólida legislação do ensino. Ser-nos-ia benéfico analisar as condições exigidas para o exercício do magistério secundário na França.

Senhores. Não pretendo ter autoridade para vos falar sobre ensino e pesquisa. Limitar-me-ei, por isso, a reproduzir aqui o que sobre o assunto escreveu LINUS PAULING, o maior químico teórico norte-americano.

"A carreira de pesquisa acadêmica — pesquisa e ensino em uma universidade ou colégio — é a melhor entre todas as possíveis carreiras para aqueles que estão a ela conformados por natureza e disposição.

Por pesquisa acadêmica entenda-se pesquisa em ciência pura, pesquisa que é realizada como um esforço para aumentar nossa compreensão da natureza do mundo em que vivemos. Não tem como fim primário a solução de qualquer problema prático; mas é fundamental ao progresso prático, pois que as descobertas feitas por trabalhadores em ciência pura fornecem as bases para as grandes indústrias da próxima geração.

A imensa maioria dos trabalhadores em pesquisa acadêmica é encontrada nas universidades ou colégios.

A meta do pesquisador deve ser tornar-se a autoridade em um campo do conhecimento... Ele devotará uma fração considerável dos seus esforços a um único campo, em geral bastante restrito, e no qual ele se torne, após algum tempo, mestre incontestado". ("Chemical and Engineering News", de 13 de novembro de 1950).

Temos sido constantemente advertidos de que a carreira de professor exige muitas renúncias e sacrifícios daqueles que a ela se dedicam. Mas

"Entrai pela porta estreita; porque larga é a porta e espaçoso o caminho que conduz à perdição, e muitos são os que entram por ela.

E porque estreita é a porta, e apertado o caminho que leva à vida, e poucos há que a encontrem". (S. Mateus, VII, 13-14).

### A FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

A fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, há quase onze anos atrás, foi uma das mais lídimas vitórias do idealismo criador sobre a mesquinhez de contingências materiais. Esse idealismo encontrou sua justa tradução no artigo 1.º do Decreto-Lei 1.190, de 4 de abril de 1939, que deu organização à Faculdade.

Onze anos já de experiência mostram-nos que algumas alterações devem ser introduzidas na estrutura da nossa querida Faculdade. A mais urgente de todas, por motivos de ordem principalmente econômica e administrativa, é o seu desdobramento. A Faculdade constitui, por si só, uma verdadeira Universidade. Tem assim uma estrutura hipercomplexa. E as conseqüências advindas de possuir um corpo por demais vasto já se estão refletindo sobre sua vida funcional. As verbas destinadas ao pessoal docente e ao material são por demais exíguas para atenderem às suas necessidades mínimas. O número de Cadeiras e cometimentos pertinentes à nossa Faculdade é tão elevado que uma dotação orçamentária conveniente para atendê-los teria que parecer, forçosamente, astronômica. E disto resulta toda uma série de dificuldades, de vez que tantos são os cortes e reduções impostos às verbas pleiteadas que, no final, a dotação aprovada é suficiente apenas para que a morte da Instituição não seja por demais rápida.

Uma palavra de carinho e de admiração devemos aqui dirigir aos nossos Mestres do Bacharelato. É única e exclusivamente devido ao esforço titânico que estão dispendendo que a Faculdade ainda não cerrou as suas portas ou mergulhou no marasmo estiolador do charlatanismo acadêmico. Muitos desses nossos professores, valores reais para a pesquisa, estão vendo fenecer as possibilidades de se realizarem. Assoberbados por um número por demais vultoso de aulas curriculares, que deveriam ser ministradas por assistentes e instrutores, não lhes resta quase mais tempo algum para levarem avante as pesquisas projetadas.

Tais são os nossos professores do Bacharelato, sábios abnegados que estão sendo traídos por uma máquina administrativa mal ajustada.

Representante lídimo desses Sacerdotes do estudo, da ciência e do altruísmo é o nosso Paranimfo eleito — Professor Joaquim da Costa Ribeiro.

Lembramo-nos bem, caro professor, até mesmo das primeiras aulas que de vós recebemos, quando maravilhados e sequiosos penetrávamos como iniciantes no templo sagrado da Ciência.

Colegas. Que as figuras desses nossos Mestres fiquem gravadas em nossas memórias constituindo para nós uma fonte perene de estímulo em nossa vida.

Como medida de Justiça a esses homens e visando defender os mais altos interesses da nossa Cultura sugerimos aqui, a quem de direito, seja a Faculdade Nacional de Filosofia desdobrada em três novas entidades do ensino superior:

- Faculdade Nacional de Ciências,
- Faculdade Nacional de Filosofia e Letras, e
- Faculdade Nacional de Educação.

Essas três novas unidades da Universidade do Brasil teriam por finalidades as atualmente previstas para a Faculdade Nacional de Filosofia, distribuídas da seguinte forma:

A Faculdade de Ciências e a de Filosofia e Letras competiria:

a) preparar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades de ordem desinteressada ou técnica;

b) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino.

A Faculdade de Educação competiria preparar candidatos ao magistério do ensino secundário ou normal.

Teriam acesso à Faculdade de Educação apenas os formados pela Faculdade de Ciências ou pela de Filosofia e Letras.

A muitos poderá parecer exagero que se queira exigir dos candidatos ao magistério do ensino secundário ou normal formação em duas escolas superiores. Pois os que assim pensarem não estarão a par do assunto e não saberão, na realidade, o que vem a ser a missão do professor secundário ou normal. Não serão culpados de assim pensarem, pois que nunca terão estudado racionalmente a matéria — que é especializada — ou mesmo nunca terão conhecido um verdadeiro professor secundário.

#### O COLÉGIO DE APLICAÇÃO DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA

Em 1948 foi fundado o Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia, cujo fim precípua é o de servir de campo à prática docente dos alunos matriculados no Curso de Didática da Faculdade.

Desde os dias da sua fundação aos de hoje a história do Colégio tem sido um ininterrupto registro de atos atentatórios à Legislação vigente do País. Se não, vejamos.

O seu funcionamento é irregular, de vez que nem sequer é satisfeita a exigência do artigo 85 da Lei Orgânica do Ensino Secundário.

A Lei Orgânica do Ensino Secundário estabelece obrigatoriedade de férias remuneradas. O Colégio de Aplicação, ferindo frontalmente esse diploma, não as proporciona aos seus professores.

Os contratos firmados entre o Colégio de Aplicação e os seus professores não obedecem a nenhum dispositivo legal. São *sui generis*, pois são meramente verbais. Nenhum ato é assinado.

O critério adotado para o recrutamento do pessoal docente é um mistério profundo, convenientemente envolto em brumas densas, de vez que, não possuindo Regimento o Colégio, nem constando da Faculdade a regulamentação do assunto, impossível se torna provar que um determinado contrato não obedeceu, tão somente, ao critério inconstitucional do mais franco favoritismo.

#### SOBRE O ENSINO PARTICULAR

Um dos maiores males que afligem atualmente o Brasil é o ensino particular. Não somos, absolutamente, contrários à liberdade de iniciativa particular no ensino. Julgamos que quanto mais estabelecimentos de ensino existirem entre nós melhor será para todos. O que somos, sim, é contra a forma atualmente dada a essa liberdade de iniciativa. Cremos que os diversos exames para aprovação em cada uma das séries curriculares deveriam ser realizados, exclusivamente, nos estabelecimentos oficiais correspondentes e perante bancas examinadoras integradas somente por professores oficiais.

Os estabelecimentos particulares de ensino passariam então a preparar candidatos aos exames oficiais e as conseqüências benéficas advindas de um tal sistema são claramente percebidas.

Seria este, no nosso entender, o modo mais rápido e seguro de sustar a queda do nível do nosso ensino. Os estabelecimentos de ensino ver-se-iam obrigados a seleccionar o seu corpo docente não pelo critério de quem aceita remuneração mais baixa ou aprova, em exames finais, maior número de alunos, mas sim, pelo do real valor profissional.

Não nos queremos referir apenas ao ensino secundário; incluímos também o superior.

### OS CONCURSOS PARA O MAGISTERIO

Sem dúvida é o concurso de títulos e provas o único meio integralmente honesto para o acesso aos cargos do magistério. Esta afirmativa implica na suposição de que haja lisura na realização do concurso, de vez que todo aquêle no qual se verificam atentados ao Direito ou à Justiça, por mínimos que sejam, deverá passar a ser automaticamente considerado como o mais desonesto daqueles meios. E é bem clara a razão determinante dessa mudança brusca de classificação: um concurso realizado com vícios nada mais é do que uma farsa destinada a emprestar um aspecto de legalidade a um ato intrinsecamente ilegal e corrupto.

Por "realização" de um concurso entendemos todos os atos a êle relativos, desde as instruções de abertura de inscrições até a homologação final.

Antes mesmo de abordarmos o caso do concurso para professor secundário da Prefeitura do Distrito Federal analisemos uma prática que se está generalizando e que representa, a nosso ver, uma violação de direitos garantidos pela Constituição da República. Queremos referir-nos às normas do concurso para professor do Ginásio Modelo de Nova Friburgo. Tais normas representam o que de mais aberrante temos visto em matéria de concurso nos últimos tempos. E constituem já, nas mãos dos professores interinos da Prefeitura do Distrito Federal, uma arma contra os Licenciados na luta que estes estão travando para a moralização dos concursos dessa Prefeitura. Nos itens das instruções baixadas para aquêle concurso encontramos um ultraje à reputação da Mulher brasileira, um acintoso desrespeito aos direitos por Lei garantidos aos Licenciados e um critério esdrúxulo de aferição de valores.

A prática mais a que nos referimos é a de só permitir a inscrição de candidatos do sexo masculino. Por que, perguntamos nós, não tem a mulher direito de exercer o magistério no Ginásio Modelo de Nova Friburgo?

Evidentemente não se pode admitir que o motivo seja o de incapacidade intelectual inata ao sexo feminino. Tal hipótese absurda de há muito foi banida e não mais encontra abrigo em nenhuma mentalidade esclarecida, de vez que não tem apóio nem científico nem racional, pois a mulher já demonstrou experimentalmente ser tão capaz quanto o homem. Hoje é ela nossa companheira no estudo e no trabalho, e nos orgulhamos disso.

Resta-nos então considerar a hipótese de incapacidade moral. Não cremos que o responsável pelas tais instruções, ou qualquer outra pessoa, possa sustentá-la. Recusamo-la.

Qual então o motivo que determinou essa absurda e inconstitucional discriminação? Quer-nos parecer que é o de afastar do concurso o maior número possível de Licenciados, de vez que é bem sabido, e particularmente o é pelo responsável por aquêlas normas, ser bem elevado o número de Licenciados do sexo feminino.

### OS CONCURSOS DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL

O caso mais momentoso para nós é o do concurso para professor dos ginásios da Prefeitura do Distrito Federal. E a sua gravidade não foi ainda sentida em sua plenitude pela opinião pública e pelos poderes governamentais. Não se trata apenas de evitar uma imoralidade inconstitucional e de fazer triunfar a causa da Justiça,

que é a dos Licenciados. Trata-se, sim, de evitar que a educação da nossa juventude possa cair em mãos de quem não dispõe sequer do lastro mínimo de conhecimentos especializados exigidos pela Lei para o exercício do magistério secundário. Trata-se também de salvaguardar a própria Cultura nacional, uma vez que os professores da Prefeitura terão oportunidades ímpares de realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituam objeto do ensino.

A história desse concurso nada mais é do que uma seqüência de desesperadas tentativas de burlar a Justiça. Mas cremos firmemente que esta não se deixará embair e que a sua sentença final constituirá para nós um motivo de fé no valor da Democracia.

Semelhante ao que está agora procurando fazer a Prefeitura já foi anteriormente por ela tentado quando do concurso para provimento de cargos de médico do seu Quadro. A Justiça foi clara quando embargou aquêle ensaio de sonegação de direitos.

Os concursos da Prefeitura já estão ficando famosos e nós fazemos refletir sobre a sabedoria do preceito evangélico:

“Por seus frutos os conhecereis. Porventura colhem-se uvas dos espinheiros ou figos dos abrolhos?

Assim, toda árvore boa produz bons frutos, e toda árvore má produz frutos maus. Não pode a árvore boa dar maus frutos; nem a árvore má dar frutos bons”.

Seria interessante, se não fosse triste, observar como é paradoxal a nossa imprensa, e mal informada a nossa opinião pública. Há poucos dias uma Portaria da Diretoria do Trânsito, aumentando em alguns cruzeiros o preço de corridas noturnas de automóveis, provocou uma tal manifestação da imprensa e uma tão grande agitação da opinião pública que o ato teve que ser sustado pelo Presidente da República. E no entanto essa mesma imprensa fica silenciosa e essa mesma opinião pública indiferente ante fatos de conseqüências tão graves e nefastas como os que se estão verificando no caso do concurso para professor da Prefeitura. Reagimos de modo violento ante a perspectiva de eventualmente gastarmos alguns cruzeiros a mais, e cruzamos os braços ante o perigo de ser a educação dos nossos filhos entregue a mãos que poderão causar-lhes deformações irreparáveis. Complexa é a vida...

#### DAS PERSPECTIVAS DA CARREIRA

Não tratamos até agora das perspectivas que se abrem à nossa carreira. E não o fizemos por um motivo bem simples: a chave que abrirá para nós a boa ou a má porta está nas mãos da nossa Justiça. E nós confiamos nela.

#### PALAVRA FINAL

Estamos ainda saindo da Faculdade e já a saudade insiste em iniciar a sua faina de velhice. Já recordações começam a nos assaltar. Recordações de tudo... Estamos começando a perceber o quanto queremos à nossa Faculdade. Sentimos que numa parte bem grande do nosso coração há um aviso: PRIVATIVO DA FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA.

# O PROBLEMA DOS FINS DA EDUCAÇÃO

LÚCIA MARQUES PINHEIRO

(Licenciada em Pedagogia e Filosofia;  
do Curso de Doutorado)

Ninguém hoje pode ignorar o grande papel que representa a educação. Em qualquer aspecto da vida em que nos detenhemos, ela está influenciando de maneira constante, como força positiva, às vezes única, mas sempre colaborante. Se considerarmos a vida econômica, facilmente perceberemos o papel da educação, já na formação profissional; já nos recursos todos tendentes a melhorar o rendimento do trabalho, já na escolha dos princípios morais norteadores da atividade econômica. O mesmo se verifica na vida política, na existência moral, na própria vida biológica, na qual ressalta a importância da educação na preparação dos profissionais — dos médicos aos pesquisadores — na criação de uma mentalidade compreensiva, capaz de aproveitar ao máximo o que o progresso da ciência possa permitir. Não nos deteremos nesse exame, nem mesmo na questão, mais importante ainda, sobre a qual nos esclarecem os estudos mais modernos de Psicologia e Psiquiatria: a de que os traços mais significativos da personalidade, o próprio caráter dependem decisivamente da educação.

A influência educativa pode ser exercida de duas maneiras gerais: uma assistemática, não planejada, realizada ao sabor das circunstâncias, atuando sobre todos os homens pelos contactos pessoais e pela ação das instituições sociais várias; outra sistemática, planejada,

com objetivos claros, definidos, realizada pelos educadores.

Como atividade intencional, a educação tem de visar fins, e a posição destes, sua fixação adequada é a primeira condição para o êxito de qualquer atividade nesse sentido. Esse planejamento e, basicamente, essa fixação de fins vai assumir aqui uma preeminência extrema, dada a importância do papel que cabe à educação. Qual é esse fim, ou fins que deve a educação visar? Que conhecimentos podem auxiliar-nos ou conduzir-nos na resolução desse problema? Desde logo se pode compreender que um grande auxílio nos será dado pela Psicologia. Se aceitarmos — e parece-nos que qualquer que seja a orientação pessoal, não há razão para não fazê-lo, porque ela não envolve nenhuma decisão doutrinária ainda — a concepção de educação como sendo o processo pelo qual se encaminha o homem, de acordo com o que se concebe ser sua natureza, a fim de levá-lo a obter, da maneira mais satisfatória possível, o que de melhor permite essa natureza — cremos que se justifica a afirmação.

Desde logo compreenderemos que a ação educativa, que tem lugar no homem, e só se pode sustentar apoiada nas qualidades humanas, tem na natureza fixados também seus limites. É sobre esses limites e sobre esse apoio e essas qualidades a desenvolver ou cana-



lizar que nos pode esclarecer a Psicologia (como aliás sobre os meios de realizá-la, aspecto que já foge ao nosso estudo).

O problema é muito mais amplo, porém, e para sua solução concorrem outras ciências: a Biologia, a Sociologia, etc.

A Ciência, porém, não pertence a última palavra no assunto, que envolve uma escolha, uma decisão sobre o que deve ser buscado, que qualidades humanas desenvolver, orientar, ou mesmo reprimir, a qual só pode ser dada pela Filosofia.

Se nos lembrarmos de que uma das grandes contribuições da Filosofia contemporânea reside justamente na compreensão de que a Filosofia se deve valer da ciência como base, mas que representa algo que a ultrapassa, e não se confunde absolutamente como uma síntese das ciências, perceberemos que para os problemas dos fins da educação contribuem ambas as formas do conhecimento, mas em muito maior grau a Filosofia. Atentando para o conceito da educação que fixamos — suficientemente vago para não nos prender desde logo a uma solução particular, mas bastante preciso, cremos, para nos indicar os problemas filosóficos que estão em jogo — veremos que as grandes questões aí incluídas são: o problema da essência humana, que pode ser assim enunciado — Que é o homem? Que é o próprio, característico da natureza humana?, e o problema dos fins da vida humana — Para que vivemos? Qual a vida mais desejável para o homem? Qual o destino do homem?

Os dois, embora diferenciados, estão, sem dúvida, ligados entre si — por ter certa natureza cabe ao homem certa forma de vida, e, do ponto de vista da educação, é mais desejável certa vida para o homem, certos ideais são nele realizáveis e devem nortear-nos no trabalho educativo; ou ainda — se tomarmos o problema por outro ângulo — por ter certo destino, o homem tem certa natureza e deve ser dirigido em determinado sentido. Da solução particular dada a esses problemas deriva, diretamente como se vê, a concepção da educação e seus fins. Porque a educa-

ção visa — como acentuou Montaigne — formar homens, e, como disse Platão — a dar-lhes toda a perfeição de que são capazes.

Essa perfeição é a realização de certas potencialidades, o encaminhamento adequado de outras, a canalização das tendências humanas da maneira mais adequada. Aqui se toca o outro aspecto filosófico, já agora da Filosofia da Educação — o dos valores que devem ser visados na educação e sua hierarquia.

Esse estudo atualmente se faz em bases muito mais precisas, com o desenvolvimento da filosofia dos valores, mas através de toda a História da Filosofia o problema vinha sendo tratado. Exemplo disso, e dos mais brilhantes, é a **República** de Platão.

Analisaremos aqui, da maneira mais sumária, a contribuição que nesse sentido nos oferecem algumas orientações filosóficas que tiveram grande repercussão no campo educacional: a de Spencer, a do Pragmatismo e a da Filosofia Cristã.

Na Filosofia de Spencer a grande realidade é a Natureza; todos os fenômenos — mesmo os espirituais — se explicam na ordem natural. Há muito de comum entre o homem e o animal, como nos esclarece a doutrina evolucionista. A grande lei que rege toda a evolução é a da adaptação ao meio. Os próprios fenômenos morais — específicos do homem — são meros produtos da adaptação. Os valores morais se originam das condições materiais da existência. Assim sendo, fixa Spencer, como desenvolvimento de sua doutrina filosófica: a educação — cuja função é preparar-nos para viver de maneira completa — deve ter por fim: a) a conservação e desenvolvimento da vida individual, e b) a conservação da espécie.

Há ainda uma terceira preocupação a ser levada em conta na obra educacional, a qual surge como fator necessário à consecução desses objetivos, e que é a criação de uma atitude de cooperação entre os homens, que, afastando os conflitos entre eles, permita que se realizem, nas melhores condições, os dois objetivos citados. Assim, a vida moral e social, constituindo condições para o desenvolvimento pleno do indi-



viduo, devem ser consideradas na educação.

O valor máximo que a obra educativa deve buscar é a vida, a existência biológica plena; a ele estarão subordinados os demais. Tudo o que represente uma redução da existência, da alegria de viver, do prazer — assim, a renúncia, o sacrifício — não são valores desejáveis. Geralmente, o bem coincide com o prazer, que se torna assim critério para fixação do que deve ser buscado. A Natureza nos esclarece, pela sensação, sobre o que é bom para nós. As restrições morais são, porém, úteis, embora atualmente sua obediência envolva sensação de desprazer, de obrigação, de algo que nos custa realizar, a ponto de, para se cumprirem, serem necessárias penalidades. O fato decorre de uma situação momentânea, transitória, própria do momento da evolução que vivemos. Com o progresso da evolução, essa sensação de desprazer desaparecerá, e os sentimentos morais nos guiarão tão bem como a sensação.

A educação é uma preparação para a vida, que deve ser vivida sadia, alegre, plenamente, para ser perfeita. Os valores mais desejáveis no trabalho educacional são facilmente determináveis na base dos objetivos gerais apontados para a educação; são eles: saúde, longevidade, prole sadia, conforto pessoal, garantia econômica, paz e progresso social. Spencer os determina por uma análise concreta dos seiores que envolve a vida, e que ele assim fixa:

- a) Atividades que concernem diretamente à conservação própria (vida, saúde).
- b) Atividades que indiretamente servem à conservação (profissão, "ganhar a vida").
- c) Funções de família (educação dos filhos).
- d) Atividades relativas à cidadania (deveres para com o Estado, a Sociedade).
- e) Atividades concernentes à arte (gosto artístico, recreação).
- f) Disciplina intelectual, moral e religiosa.

Dessa escolha de valores derivam naturalmente conseqüências relativas a todos os problemas educacionais, o que mostra a importância do problema dos

fins como questão básica. Assim, surge desde logo um critério para seleção das matérias — que é o serem essenciais às atividades citadas, que, bem realizadas, permitem a existência perfeita, fim último da educação. Spencer considera que essas atividades realizam a finalidade em questão na ordem em que as apresentamos. Assim, julga que a vida é o principal valor porque sem ela nenhum dos outros pode ser realizado; que a capacidade econômica vem antes da educação dos filhos, porque esta não se pode realizar sem aquela, etc. Desde logo se verifica que tal posição não é de aceitação geral: para muitos filósofos a vida não é sequer um valor, mas uma primeira condição para realização dos valores, apenas.

O critério utilizado por Spencer leva naturalmente à determinação das matérias do "curriculum" e dos programas. São consideradas úteis primeiramente a Biologia (em especial a Fisiologia, que auxilia nas atividades a e c, e, depois, as matérias de formação profissional — b, a Psicologia — c), a História e a Sociologia — d.

Quanto aos programas, eles devem visar: em Biologia — dar o conhecimento das leis da vida necessário para que desenvolvamos uma conduta que leve à conservação da vida e da saúde pessoal e das pessoas por quem somos responsáveis. A História e a Sociologia devem dar-nos os conhecimentos relativos às causas do progresso social, ao modo como as nações cresceram e se organizaram suas principais instituições, para que compreendamos suas falhas e colaboremos no que têm de positivo, concorrendo para o progresso social. Spencer condena veementemente a História tal como era ensinada ao seu tempo — narrativa de guerras e lutas pela disputa do poder, mero tecido de nomes, datas e fatos, cujo conhecimento tem um valor puramente convencional — o aplauso social — mas não nos faz melhores cidadãos, "mais capazes de votar nas próximas eleições" (Spencer, Educação).

A Pedagogia, e, em especial, a Psicologia são consideradas mais importantes do que a História e a Sociologia porque "a excelência da sociedade depende das virtudes dos cidadãos, e a

natureza dos cidadãos se modifica mais facilmente por uma instrução prematura do que por qualquer outra causa" (Idem).

Spencer atribui um grande papel à Pedagogia e, em particular, à Psicologia, o que lhe dá uma grande atualidade. É seu o trecho abaixo (obra citada) que bem esclarece sobre a veemência com que clama por uma base pedagógica para os educadores "... não é um fato espantoso, sabendo-se que da educação dos filhos depende sua vida ou morte, sua ventura ou desventura, que não se diga uma única palavra sobre a educação àqueles que em pouco serão pais de família?"

"Que devemos esperar, quando um dos problemas mais complexos é tratado por aqueles que desconhecem os princípios mais rudimentares de que sua solução depende? Os sapateiros, os construtores, os armadores de navios, os fabricantes de uma locomotiva precisam de um longo aprendizado. A arte de desenvolver um ser humano em suas capacidades corporais e espirituais será realmente tão simples que careça de ser empreendida e regulada por qualquer aprendizagem anterior? Se, pelo contrário, tal arte é mais complexa que qualquer outra e a tarefa de ministrá-la é da mais momentosa dificuldade, não será loucura deixar de preparar para que a desempenhem?"

Para Spencer, o ensino das ciências constitui a mais importante parte da educação. Elas são o conteúdo fundamental de toda a formação profissional, pedagógica, social, etc., e, ainda, assumem um papel de maior significação na formação de hábitos. Naturalmente, isso decorre principalmente do método de ensino e da orientação do programa. Convém acentuar que é da maior significação esse aspecto da doutrina educacional de Spencer, o que se compreende ao atender para o fato de que na educação importa, mais talvez do que a instrução, a formação de atitudes e ideais de estudo e de vida em geral. São os seguintes os hábitos apontados por Spencer como ligados ao estudo das ciências; hábito de observação, experiência, recusa de idéias preconcebidas, independência de pensamento, auto-confiança, humildade ante as verdades

últimas.

Outro exemplo frisante da repercussão, do prolongamento mesmo, de uma doutrina filosófica em uma teoria da educação e uma concepção de seus fins, em particular, é o do Pragmatismo de William James, cuja extensão educacional é feita por Dewey.

O Pragmatismo é, sabidamente, antes um método do que um corpo de doutrinas. Esse método assume uma tal importância para seus autores que vem a ser até, em um de seus princípios fundamentais, critério mesmo de selecionar os próprios problemas filosóficos. É assim que James critica o estudo, pelos filósofos anteriores, de vários problemas sempre atribuídos à Filosofia, e considera que a história dessas questões foi produto de um equívoco, pois que nem sequer se tratava de problemas verdadeiros. Uma triagem das questões autenticamente filosóficas é feita assim, inicialmente, levando em conta que não há verdadeiramente um problema sempre que, das diversas soluções possíveis, não decorrem diferentes conseqüências na realidade. Após fixar, por esse critério, os problemas filosóficos, James inicia seu tratamento, atendendo a duas condições gerais, os dois grandes quesitos exigidos pelo método pragmático: a) a consideração da experiência, e, depois, b) a verificação, dentre as soluções, da que resulta em melhores conseqüências para a vida humana.

Considere-se, p. ex., um problema: O homem possui, ou não, livre-arbítrio? A experiência não nos inclina para nenhuma das soluções. Deve-se, então, aplicar o segundo critério. Quanto às conseqüências práticas — a posse do livre-arbítrio dá-nos direito de esperar que o futuro não repita o passado; significa possibilidade de criar, de por algo de novo no mundo, de afastar o que nos parece indesejável — em suma dá-nos uma atitude de otimismo, que é a mais desejável, porque dela, e só dela, poderá resultar progresso no mundo. Devemos, pois, decidir-nos por esta solução: o homem é livre.

Por considerações semelhantes, decide-se James pela concepção do mundo como algo essencialmente dinâmico, que se está organizando a cada momento,

que se cria e aperfeiçoa, rejeitando a concepção do Universo como pronto, estático, invariável, cujo destino resultasse de um puro jogo de forças mecânicas. Igualmente, aceita a existência de um Deus, que o homem alcançará pelo seu esforço. A direção que seguirá o mundo, e a felicidade humana dependerão do esforço intencional do homem: a ação humana livre está no mundo, infusa nele, determina seu destino.

Importantíssimo no Pragmatismo é o tratamento dado ao problema da verdade. Nesse Universo essencialmente dinâmico a que nos referimos, podemos, num corte longitudinal, destacar séries de fatos causalmente ligados. Assim: o encontro do fogo e do cobre e a dilatação deste. Constitui uma verdade a afirmação de que o calor dilata o cobre, porque a posse dessa noção é um instrumento cuja aplicação nos conduz adequadamente na realidade, pois que, se quisermos dilatar um corpo de cobre e o aproximarmos do fogo, obteremos a dilatação.

É esse o critério para reconhecimento da verdade; o que nela há de essencial, o que dá o seu conceito é o caráter funcional, de guia de conduta. Verdadeiro é o que conduz na direção que segue a realidade em transformação de maneira adequada.

Talvez nenhum filosofia tenha frisado de maneira tão clara e inequívoca suas relações com a educação. E assim que John Dewey afirma que Filosofia e Educação são realidades complementares — a Filosofia fornece a base à Pedagogia; a educação é a realização prática da Filosofia, e sua própria continuação. Sem aplicar-se à Educação, a Filosofia perderia seu sentido final. A atitude é compreensível, considerando-se que o Pragmatismo se preocupa fundamentalmente com o caráter utilitário (no sentido amplo e não como tem sido erroneamente interpretado pelos que o analisam superficialmente, deturpando-o).

Relativamente ao problema dos fins da educação, diz o filósofo americano, no seu livro — **Democracia e Educação** — "Os educadores devem por-se em guarda contra os fins que se alega serem gerais e últimos". A educação tem obje-

tivos inúmeros, diversíssimos, variando conforme a idade, a aptidão, a experiência anterior do educando e que vão surgindo no processar-se da vida de cada um, e só devem atender a uma condição: — dar ao indivíduo uma experiência cada vez mais rica, e que o habilite a, no futuro, ser capaz de adquirir mais e mais experiências, num processo sem fim, que só termina com a morte. Ela não está subordinada a finalidades externas — o indivíduo se educa para que seja mais e mais capaz de enriquecer sua experiência, isto é, de educar-se, no futuro, realizando suas possibilidades ao máximo. O critério para avaliação do seu valor é a extensão em que o faz.

A educação é uma preparação para a vida — aprende-se vivendo e, aprendendo-se vive-se de maneira cada vez mais rica.

Na concepção da realidade de James compreende-se que a educação não só traz maiores possibilidades ao indivíduo, mas um enriquecimento do mundo, que o homem cria, em muitos aspectos.

Os programas são encarados por Dewey como algo de natureza dinâmica, que define as experiências úteis da raça e a direção do seu desenvolvimento. Nesse sentido não há conflito entre o programa e a criança — o programa marca a direção do progresso da experiência humana, que é a mesma que o ser individual deverá seguir para que seu desenvolvimento seja normal. Ele nos habilita a perceber o sentido da atividade presente da criança, a destacar os motivos que devem ser aproveitados e dirigidos pela educação. Assim encaradas, a atividade da criança e a realização do programa se unem, como um processo a seu resultado natural. O programa é o guia que permite ao professor criar as condições de ambiente satisfatórias a fim de que o desenvolvimento se faça nas condições mais favoráveis.

Quanto ao método, estabelece Dewey que ele deve respeitar o estágio de desenvolvimento psicológico e basear-se nos motivos reais do aluno, para que seja efetivo.

O processo educativo é concebido como um contínuo colocar e satisfazer problemas e necessidades. O papel do professor é criar o ambiente próprio para

que sejam motivadas as atividades mais desejáveis, considerando o que a experiência humana nos mostrou "serem as realizações abertas ao homem, no campo da verdade, da beleza e da moral", e o estágio de desenvolvimento da criança. O ambiente escolar deve reproduzir o social, de modo reduzido, purificado, para que, com economia de esforço, se consiga dar ao indivíduo os instrumentos para enriquecer, cada vez mais, sua educação e, portanto, sua vida.

É fácil ver a diferença flagrante de atitudes relativamente ao problema dos fins entre essas duas filosofias que apresentamos em alguns de seus traços gerais e que têm de comum a concepção de realidade como algo em transformação, em progresso, em que se criam formas novas, já no domínio biológico, já no material e espiritual. Não nos deteremos em analisá-las mais profundamente dado o caráter sumário deste trabalho, passando a estudar, em traços ainda mais gerais, a Filosofia cristã e sua concepção dos valores que devem ser buscados na obra educacional.

A filosofia cristã é a primeira a atribuir um valor primordial à personalidade e a construir uma metafísica da pessoa. Põe ela um ser perfeito — Deus, que criou o homem, num ato de exuberância de bondade, a fim de que ele participasse de sua vida de felicidade. O ser assim criado é, por natureza, indestrutível e tem um destino bem definido: a beatitude eterna. Se a alcançará ou não, depende do seu modo de agir. Deus lhe outorgou a racionalidade; fê-lo capaz de conhecer muitas cousas, e deu-lhe a liberdade de escolher entre elas. Essas duas características: a razão e o livre-arbítrio distinguem o homem dos demais seres criados, e fazem d'ele uma pessoa, um ser moral. Essas condições — eternidade, liberdade, racionalidade, moralidade, poder de decidir seu próprio destino, dão ao ser humano uma dignidade sem símile na obra da criação. Deve o homem procurar dirigir-se para a verdade e o bem, num aperfeiçoamento sem trégua, que lhe dará a felicidade plena na vida futura, a que está destinado. O meio pelo qual chegará a Deus é a virtude, que corres-

ponde à realização do que convém à sua natureza. A razão e a revelação o esclarecem sobre os valores a buscar, para agir de acordo com a lei divina. Deus é a fonte última de toda legislação natural, moral e social a que o homem deve submeter-se por amor de seu criador e para chegar a seu destino de bemaventurança.

Como mais alto objetivo da vida humana está o amor de Deus, e, depois, a solidariedade humana e o cumprimento da lei moral divina e dos deveres sociais e humanos dela decorrentes.

Na filosofia cristã os valores a buscar são absolutos, fixados para todo o sempre — há fins definidos, eternos, para a vida, e, portanto, para a educação. Nós os encontraremos se examinarmos os mandamentos divinos, os ensinamentos do Sermão da Montanha, da palavra divina em geral, dos filósofos cristãos. São eles, entre outros: a salvação da alma, o amor a Deus, o amor ao próximo, o respeito alheio (à vida, à propriedade, aos sentimentos), a justiça, a piedade, a pureza, a verdade, a sinceridade, a mansidão, a misericórdia, a energia na defesa da justiça.

Foerster, o grande pedagogo cristão, aponta os seguintes valores como objetivos da educação: saúde física e psíquica, auto-domínio, força de caráter, dignidade, nobreza, simpatia humana, renúncia, piedade, respeito, caridade, atividade, responsabilidade. A educação do caráter tem para ele, que é um dos maiores representantes da moderna Pedagogia cristã, primado sobre os demais aspectos da obra educacional. Assinala ainda Foerster como objetivos da educação, valores sociais e políticos como tolerância, responsabilidade, justiça social, e profissionais — exatidão, fidelidade. A educação moral, base da formação social e política, é, na filosofia cristã, subordinada à religiosa. A religião é, aliás, considerada a única fonte capaz de sustentar a vida moral. Foerster dá uma ênfase absoluta a esses dois aspectos da educação, e fixa — ao que nos parece, com grande felicidade — que a tarefa fundamental da educação é dar ao indivíduo uma concepção geral da vida, uma compreensão adequada

dos valores e sua hierarquização. É assim que ele afirma: "Educar não é inculcar este ou aquele hábito, mas ensinar, em primeiro lugar, a distinguir a exata hierarquia dos fins da vida. Verdadeira formação significa aptidão para distinguir o que, na vida, é essencial do acessório. Caráter é a força para manifestar essa distinção na maneira de agir".

É de maior interesse a análise que realiza sobre o problema da formação do caráter que, em seu modo de ver, envolve: firmeza de convicção, autonomia interior, (liberação do egoísmo, da inconsciência, das paixões em geral); autonomia em face do meio, fidelidade aos próprios ideais, domínio do medo, sentimento de responsabilidade para com o próximo. Esta análise, que está de acordo com os últimos trabalhos de Psicologia sobre o assunto, constitui uma contribuição valiosíssima como fun-

damento para a renovação da educação moral.

Vemos, assim, a grande significação da filosofia cristã no tratamento dos problemas dos fins.

A análise, a mais reduzida embora, dessas três atitudes, nos revela, cremos, a relevância do problema, e suas características gerais. Mostra-nos, igualmente, a diversidade das soluções possíveis, em que variam não só os valores mais desejáveis, e sua hierarquização, mas a própria concepção do caráter geral dos objetivos educacionais: se são absolutos, imutáveis, se de cunho geral, ou de tipo particular. Ao educador cabe realizar a escolha, na base de um estudo filosófico e com o auxílio do que diz a ciência. Sem isso sua tarefa se ressentirá da condição única que o poderá guiar em seu trabalho — um ideal humano, baseado numa convicção pessoal fundamentada.

# UMA ELEGIA

---

## DE

---

# PROPÉRCIO

---

Apresentação e tradução de

**HÉLCIO MARTINS**

(Aluno da 4.<sup>a</sup> série do Curso de Letras Neolatinas)

Ao Professor Ernesto de Faria Jr.

PROPERCIO abandona a elegia amorosa em favor dos assuntos históricos e legendários da Roma de Eneias e da de Augusto em fins do ano 23 a. C. Dêstes mesmos dias data o rompimento, em geral aceito como definitivo, de uma ligação, que durara cinco anos, com uma Hostia ou Roscia.

E então PROPÉRCIO pouco mais que um adolescente — está com 22 ou 23 anos (\*) — e já publicou o seu *Cynthia Monobiblos*, que recebeu geral favor e aplausos dos luzeiros da côrte de Augusto. Estes primeiros poemas, e quase todos os que formariam mais tarde os livros segundo e terceiro de suas obras, estão dedicados, inspirados, provocados e, quando menos, impregnados da figura de Cintia, nome com que eternizou a pessoa de Hostia, precursora brilhante da Bovary dos nossos dias e, querem uns, talentosa.

*Contactus nullis ante cupidinibus* (I, i, 2), o poeta será por tôda a vida, e mesmo depois da última cisão, fiel ao juramento e à predestinação que se traçou:

*Cynthia prima fuit; Cynthia finis erit* (I, xiii, 20);

*huius ero ultus, mortuus huius ero* (II, xv, 36);

*...unius seruus amoris...* (II, xviii, 35).

---

(\*) — Guio-me pela cronologia adotada por FRÉDÉRIC PLESSIS (*Études Critiques sur Propertius*, pág. 225), citada e reproduzida por D. PAGANELLI na *Introduction* à obra de PROPÉRCIO, (Bélles Lettres, Paris, 1929, pág. vii), que dá o ano de 46 a. C. como a data mais provável do nascimento do poeta. A. CARTAULT (*La Poésie Latine*, Payot, Paris, 1922, págs. 109 e ss.) coloca-a entre 54 a. C. e 44 a. C. Já CLOVIS LAMARRE (*Histoire de la Littérature Latine*, Librairie Jules Lamarre, Paris, 1907, vol. II, pág. 511) está mais próximo da posição de PLESSIS e PAGANELLI, ao afirmar como prováveis os anos de 46 a. C. e 47 a. C.



Parece que mais tarde se casou e foi pai de numerosa prole... De qualquer modo, a sua poesia não exaltou outro amor nenhum e, quando já maduro, volta a ocupar-se da lira abandonada, Euridice ainda se chama Cíntia (IV, vii), e ali estão os mais belos versos do quarto livro, em que pese a *elegiarum regina*, tão de hábito louvada. Se não o homem, o poeta realizou até o fim da obra aquêlê ideal de fidelidade tantas vèzes proclamado.

Pagou seu tributo ao tempo, como os melhores de então. Mas o que nos fica são os três livros de Cíntia, que o põem na mesma linha de CATULO e fazem dêle o maior elegiaco amoroso de tôda Roma, mais vigoroso que TIBULO e sempre superior ao melhor OVIDIO das *Heróidas*. PROPERCIO sozinho, com êsses três primeiros livros, justificaria a QUINTILIANO dizer *elegia graecos prouocamus*.

O estudo de muitos temas de sua poesia está ainda por fazer. Aquêlê que me agrada chamar o tema do *nudus amor* é talvez o mais sugestivo:

*Credi mihi, non ulla tuae est medicina figurae  
nudus Amor formae non amat artificem.* (I, ii, 7-8);

...*hederae sponte sua melius  
surgat...* (Id., id., 10-11);  
...*uolucres nulla dulciu arte canunt.* (Id., id., 14).

Mas não é o único: o do desinterêsse pelo século, que se poderia resumir na fórmula *amor non armae* e que êle expressou no hexâmetro

*non ego sum laudí, non natus idoneus armis* (I, vi, 29)

é da maior importância para a compreensão da obra dos três livros iniciais. É bom de resto acrescentar que as onze elegias do quarto livro não realizaram a fórmula oposta...

A ELEGIA é a de número vinte e cinco do terceiro livro e foi composta provavelmente em 24 a. C. (V. Nota).

Em elegias anteriores, já se revela aqui e ali, ora mais ora menos acentuada, a mágoa que ao poeta trouxeram a infidelidade e a indiferença de Cíntia. Este sentimento culmina nas elegias de números vinte e quatro e vinte e cinco do terceiro livro, em que a paixão amorosa atinge a mais extrema violência, por não dizer ferocidade.

A partir daí, a poesia de PROPERCIO ganhará tons inteiramente novos. De outra temática que não a do amor, será menos lânguida e mórbida que antes; muito mais castigada de referências mitológicas, que às vèzes querem valer por si mesmas; mais objetiva e menos tocante. Contudo, em nenhum momento, deixa de haver nestes versos a marca de uma das mais finas sensibilidades poéticas de Roma, de uma doçura elegante, não poucas vèzes envolvida em delicada penumbra.

Cíntia virá mais tarde em sonhos:

*inter complexus excedit umbra meos* (IV, vii, 96)

(oscilando, de sombra, entre seus braços), do que há de nascer uma poesia de infinita beleza, inigualável no quarto livro. Mas é a presente elegia o seu canto de cisne de enamorado, *tibis fatalis mea pagina* (v. 17).



Risus eram positus inter conuiuia mensis  
et de me poterat quilibet esse loquax!

Quinque tibi potui seruire fideliter annos:  
ungue meam morso saepe querere fidem.

Nil moueor lacrimis: ista sum captus ab arte;  
semper ab insidiis, Cynthia, flere soles.

Flebo ego discedens, sed fletum iniuria uincit:  
tu bene conueniens non sinis ire iugum.

Limina iam nostris ualeant lacrimantia uerbis  
nec tamen irata ianua fracta manu.

At te celatis aetas grauis urgeat annis  
et ueniat formae ruga sinistra tuae!

Vellere tum cupias albos a stirpe capillos,  
a! speculo rugas increpitante tibi,

exclusa inque uicem fastus patiare superbos  
et quae fecisti facta queraris anus!

Has tibi fatalis cecinit mea pagina diras:  
euentum formae disce timere tuae.

(Texto segundo D. PAGANELLI, op. cit.)

O riso alimentei dos convivas à mesa  
e sobre mim podia um qualquer ser loquaz.

A ti me escravizei fielmente cinco anos:  
hás de morder-te as mãos lembrando-me a constância.

Já me não movem, Cíntia, as ardilosas lágrimas  
com que tu me enredaste, insidiosas sempre.

Eu partirei chorando, mas vence a injúria ao pranto:  
tu rompestes a cadeia que doce nos prendia.

Eis-me a dizer adeus, nas palavras que choro,  
à porta a que contudo não lanço o punho irado.

O tempo ainda oculto anos tristes te imponha  
e abra-se em tua face uma sinistra ruga!

Quererás arrancar os teus alvos cabelos,  
ah, e ao veres no espelho as rugas que te assaltam

sofrerás, desprezada, a soberba e o desdém  
da velhice, e, entre prantos, o mal que fizeste.

A maldição escuta de um derradeiro verso:  
tu, sabe: hão de passar as tuas formas belas.

# Nota Introdutória ao Estudo da Topologia

ANNA AMALIA H. FEIJÓ

(Licenciada em Matemática; do Curso de Doutorado)

Ao se iniciar na Topologia procura geralmente o estudioso saber a finalidade dessa ciência. Os livros sobre o assunto introduzem as noções de um modo abstrato, não mostrando sua utilidade, a relação com as demais partes da Matemática, nem a sua necessidade. Procuraremos aqui auxiliá-lo nessa introdução.

Vejamos, primeiramente, qual o objeto da Topologia; para isso apresentaremos alguns conceitos de fácil compreensão.

Suponhamos dados dois espaços topológicos,  $A$  e  $B$ , e uma transformação  $f$  de  $A$  em  $B$ . Se  $a$  é um elemento de  $A$ , representaremos por  $f(a)$  o elemento de  $B$  que lhe corresponde pela transformação  $f$ .

Diremos que  $f$  é uma transformação contínua num ponto  $a$  de  $A$  se, dada arbitrariamente uma vizinhança  $V$  de  $f(a)$  em  $B$ , existe uma vizinhança  $U$  de  $a$  em  $A$  tal que  $f(x) \in V$ , qualquer que seja  $x \in U$ . Em linguagem menos precisa poderemos dizer que  $f$  é contínua em  $a$  se a pontos de  $A$  próximos a  $a$  correspondem pontos de  $B$  próximos a  $f(a)$ .

Se  $f$  é contínua em todos os pontos de  $A$ , então diremos que  $f$  é uma transformação contínua de  $A$  em  $B$ .

Diremos que uma transformação entre dois espaços topológicos  $A$  e  $B$  é topológica, ou que é um homeomorfismo, se ela for uma transformação bi-unívoca e bi-contínua, isto é, se tanto  $f$  quanto sua inversa  $f^{-1}$  forem contínuas.

Poderemos agora indicar o objeto da Topologia: a Topologia estuda as propriedades dos conjuntos conservadas por transformações topológicas, chamadas invariantes topológicos.

Vemos que a Topologia é baseada fundamentalmente na noção de continuidade; por isso é ela chamada por alguns autores a Geometria da continuidade.

POINCARÉ, o criador da Topologia combinatória — *Analysis Situs*, em seu tempo — procurou esclarecer a noção de Topologia, de forma bastante intuitiva:

“Os géometras distinguem de ordinário duas espécies de geometrias, a primeira das quais qualificam de métrica e a segunda de projetiva; a geometria métrica é baseada na noção de distância; duas figuras são aí olhadas como equivalentes quando são “iguais”, no sentido que os matemáticos dão a essa palavra; a geometria projetiva é baseada na noção de linha reta. Para que duas figuras sejam aqui consideradas como equivalentes, não é necessário que sejam iguais, é suficiente que se possa passar

de uma à outra por uma transformação projetiva, isto é, que uma seja a perspectiva da outra. Tem-se chamado muitas vezes a este segundo corpo de doutrina, geometria qualitativa; ela o é de fato se a opomos à primeira: é claro que a medida, a quantidade tem neste caso um papel menos importante. Ela, entretanto, não o é inteiramente. O fato de que uma linha seja reta não é puramente qualitativo; não se poderá assegurar que uma linha é reta sem fazer medidas, ou sem fazer deslizar sobre esta linha um instrumento chamado régua, que é um tipo de instrumento de medida.

Mas há uma terceira geometria da qual a quantidade é completamente banida e que é puramente qualitativa; é a *Analysis Situs*. Nessa disciplina, duas figuras são equivalentes sempre que se puder passar de uma à outra por uma deformação continua, qualquer que seja a lei desta deformação, uma vez que respeite a continuidade. Assim um círculo é equivalente a uma elipse ou mesmo a uma curva fechada qualquer, mas não é equivalente a um segmento de reta, porque este segmento não é fechado; uma esfera é equivalente a uma superfície convexa qualquer; não o é a um toro, porque num toro há uma abertura e na esfera não há. Suponhamos um modelo qualquer e a cópia deste modelo executada por um mau desenhista; as proporções são alteradas, as retas traçadas com mão trêmula sofreram desvios desagradáveis e apresentam curvaturas desastradas. Do ponto de vista da geometria métrica, e mesmo da geometria projetiva, as duas figuras não são equivalentes; elas o são, ao contrário, do ponto de vista da *Analysis Situs*.

A *Analysis Situs* é uma ciência muito importante para o geômetra; ela dá lugar a uma série de teoremas, tão bem encadeados como os de EUCLIDES; e foi sobre esse conjunto de proposições que RIEMANN construiu uma das mais notáveis e mais abstratas teorias da análise pura. Citarei dois desses teoremas para fazer compreender sua natureza: duas curvas fechadas planas se cortam em um número par de pontos; si um poliedro é convexo, isto é, se não se pode traçar uma curva fechada sobre

sua superfície sem cortá-la em dois, o número de arestas é igual ao de vértices, mais o das faces, menos dois; e isto permanece verdadeiro quando as faces e as arestas do poliedro são curvas.

E eis o que nos mostra o interesse da *Analysis Situs*; é que aí intervêm verdadeiramente a intuição geométrica. Quando, num teorema de geometria métrica, se faz um apêlo a essa intuição, é porque é impossível estudar as propriedades métricas de uma figura fazendo abstração de suas propriedades qualitativas, isto é, das que são o objeto próprio da *Analysis Situs*. Tem-se dito frequentemente que a geometria é a arte de raciocinar sobre figuras mal feitas. Isto não é um capricho, é uma verdade que merece que se reflita sobre ela. Mas, que é uma figura mal feita? é a que pode executar o mau desenhista de que falamos acima; ele altera mais ou menos grosseiramente as proporções; suas linhas retas têm ziguezagues inquietantes; seus círculos apresentam altos e baixos desgraçados; isto não é nada, não atrapalhará absolutamente o geômetra, não o impedirá de raciocinar bem.

Mas é necessário que o artista inexperienced não represente uma curva fechada por uma curva aberta, três retas que se cortam em um mesmo ponto por três retas que não têm ponto em comum, uma superfície aberta por uma superfície sem abertura. Então não nos poderíamos mais servir dessa figura e o raciocínio se tornaria impossível. A intuição não será estorvada pelos defeitos de desenho que interessam apenas à geometria métrica ou projetiva; ela se tornará impossível desde que os defeitos se refiram à *Analysis Situs*.

Esta observação tão simples nos mostra o verdadeiro papel da intuição geométrica; é para favorecer esta intuição que o geômetra tem necessidade de desenhar as figuras, ou pelo menos de representá-las mentalmente. Ora, se ele não dá importância às propriedades métricas ou projetivas destas figuras, se ele se prende somente às suas propriedades puramente qualitativas, é que somente aí a intuição geométrica intervém verdadeiramente. Não que eu queira dizer que a geometria métrica se apoie na lógica pura, que não intervenha nela nenhuma vontade intuitiva; mas

são intuições de outra natureza, análogas às que têm um papel essencial em aritmética e em álgebra". (H. POINCARÉ, *Dernières Pensées*, Flammarion, Paris, 1913, pág. 57-61).

O desenvolvimento hoje alcançado pela Topologia é notável, principalmente se observarmos que seu estudo é bastante recente, datando de menos de 100 anos. Em 1833, Gauss, referindo-se à Topologia, disse: "Da Geometria da situação, que Leibniz presentiu e sobre a qual apenas dois géometras, Euler e Vandermonde, lançaram um fraco olhar, depois de um século e meio, sabemos e possuímos pouco mais que nada".

Sómente com Riemann pôde-se dizer que começou uma pesquisa sistemática da Topologia, com a apresentação em 1851 de sua Dissertação, onde mostrou as relações profundas entre o estudo das superfícies e a teoria das funções; esse estudo foi continuado num ensaio apresentado em 1857. Em seguida Möbius, Jordan, Schläfli e Dick trouxeram contribuições ao problema da classificação das superfícies fechadas.

O trabalho desses géometras devem, porém, ser considerados como precursores da Topologia.

O verdadeiro fundador da Topologia combinatória foi Poincaré que, com a publicação de suas memórias, a partir de 1895, iniciou a pesquisa sistemática nesse domínio.

Nesse meio tempo, independentemente dos trabalhos de Poincaré, criava Cantor, em 1879, outro ramo da Topologia — a Topologia dos conjuntos.

Cantor estudou particularmente os conjuntos de pontos. A princípio houve forte oposição às suas teorias, mas à medida que foram sendo aceitas incluiu-se a sua aplicação, não apenas a conjuntos de pontos, mas também de curvas e funções. Esse estudo é particularmente devido a Ascoli, e Volterra, que criou o cálculo funcional em 1887, estando essa criação ligada àquele desenvolvimento.

Aos poucos foi-se verificando ser desnecessário o conhecimento da natureza dos elementos do conjunto, pois, em geral, na construção dos espaços topológicos essa natureza não interessava; era essencial, apenas, o conheci-

mento das propriedades topológicas do conjunto. Surgiu assim a idéia de espaços abstratos, onde se considerassem apenas as propriedades topológicas comuns aos conjuntos de pontos e funções, sendo seus elementos inteiramente arbitrários. A primeira tentativa nesse sentido foi feita por Fréchet, em 1906. Começou, com isso, uma nova era para a Topologia, que passou a ser chamada **Topologia Geral** ou **Topologia abstrata**.

Para a definição dos espaços abstratos introduz-se o menor número possível de axiomas que permitam a mais ampla generalidade. Fréchet não conseguiu construir um sistema de axiomas suficientemente cômodo e Riesz, que trabalhava também para isso, deixou seu estudo incompleto. Hausdorff, porém, partindo da noção de vizinhança, conseguiu escolher um grupo de axiomas que satisfazia plenamente as condições exigidas. Com seu livro **Fundamentos da Teoria dos Conjuntos** deu Hausdorff um grande impulso ao desenvolvimento dos espaços topológicos.

Voltemos, agora, à Topologia combinatória de Poincaré.

O desenvolvimento da Geometria, com a introdução, em meados do século XIX, da Geometria a  $n$ -dimensões por Grassmann e Schläfli, foi um dos passos mais importantes para o posterior impulso dado à Topologia combinatória por Poincaré.

Poincaré considerava como objeto de seu estudo as variedades  $n$ -dimensionais, conjuntos cujos elementos eram os "complexos", definidos como generalizações dos poliedros.

Os métodos aí usados por Poincaré são puramente algébricos, sendo essa a razão pela qual alguns autores chamam a esse ramo da Topologia de **Topologia algébrica**.

Na Topologia combinatória podemos também considerar espaços abstratos, sendo seus elementos generalizações dos complexos. É possível, assim, a sua axiomatização, feita particularmente por Dehn e Heegaard, que conseguiram bons resultados.

A Brouwer devemos grande parte dos importantes resultados obtidos na

Topologia combinatória, sendo também grande a contribuição de Alexander. Outros autores que também se dedicaram a esse ramo foram Veblen, Lefschetz, Alexandroff e Hopf.

A Topologia geral pode hoje ser considerada como base comum para a análise funcional e a Topologia combinatória. É um domínio praticamente fechado, isto é, os problemas fundamentais até agora conhecidos estão todos resolvidos.

Os recentes estudos da Topologia combinatória são dedicados principalmente aos chamados grupos de homologias e aos grupos de homotopias, às relações entre estes grupos e aos métodos de cálculo dos mesmos. Parecem bastante difíceis os problemas ainda não resolvidos; para se ter idéia do grau de dificuldade de problemas fundamentais, basta mencionar que ainda não se conseguiu calcular os grupos de homotopias das esferas. Outro problema fundamental que está sendo estudado é o da obtenção de invariantes topológicos característicos para as variedades compactas; este problema acha-se resolvido apenas no caso das variedades a duas dimensões. Dedicam-se a estes estudos: nos Estados Unidos, Eilenberg, Whitney, Steenrod; na França, Henry Cartan, Ehresmann e Leray; na Inglaterra, Whitehead; na Suíça, Stiefel; na Rússia, Pontrjagin; e entre nós, Leopoldo Nachbin.

Finalmente, outra direção importante dos estudos em topologia combinatória consiste nas suas aplicações à Geometria Diferencial, mais exatamente à chamada Geometria Diferencial Global. O mais destacado especialista neste ramo é o matemático chinês, Chern.

Uma das razões do grande e rápido desenvolvimento da Topologia vem do fato de que a Análise e a Geometria lhe estão intimamente ligados; considerações topológicas levam geralmente aos melhores resultados, tanto numa quanto na outra.

A noção de espaços abstratos teve grande importância, não apenas para a Topologia, mas também para a Análise e a Geometria.

A aplicação da Topologia à Análise foi iniciada por Riemann, seguido por Poincaré, Birkhoff, Morse, Lusternick e outros, sendo as primeiras aplicações na teoria das equações diferenciais e funcionais, e no cálculo das variações.

A contribuição à Geometria, como se pode facilmente imaginar — pois a Topologia teve sua criação em conceitos geométricos — foi enorme, e continua a ser.

NOTA — Maiores esclarecimentos sobre as noções de Espaço Topológico e Vizinhança poderão ser encontrados em: L. NACHBIN, *Espaços Vetoriais Topológicos*, edição do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas.

# O Mito da Água na Cultura Chibcha

Maria do Carmo Corrêa Galvão

(Aluna da 3.ª série do Curso  
de Geografia e História)

Quando os espanhóis chegaram à Colômbia, os territórios ocupados pelos chibchas, tendo como centro o planalto de Bogotá, estendiam-se até Seriuza, a 6 graus de latitude Norte e Suma Paz, a 4 graus de latitude Sul. Se, por um lado a área ocupada por esse povo apresentava limites, por outro, sua cultura não conhecia fronteiras. Ultrapassando o vale de Bogotá, a influência dessa civilização estendeu-se por toda a Colômbia, uma parte da Venezuela e o norte do Equador.

Nas eras longínquas da história chibcha o altiplano de Bogotá era recoberto por um mar batido pelos ventos de oeste. Três imensas bacias lacustres, Paipa, Duitama e Sogamoso recobriam grandes áreas separadas por algumas elevações, sobre as quais foram traçados os caminhos palmilhados pelos primeiros ocupantes da terra.

A beira dos lagos, se estabeleceu o chibcha, desfrutando uma vida pacata e sedentária, e a mentalidade aí forjada reflete bem a própria natureza da região. Podemos dizer que a cultura desse povo é, por assim dizer, regida pelo elemento água. Realmente a água presidia a todas as cerimônias do culto e estava presente a todas as etapas da

vida de um chibcha: era adorada na pessoa da bondosa deusa Sia, a ela eram oferecidos sacrifícios logo que uma criança vinha ao mundo, era invocada como protetora dos ritos de iniciação, nela deveriam purificar-se todos aqueles que quisessem oferecer sacrifícios aos deuses, e finalmente, seu seio era para muitos, a própria sepultura. Desta entidade fundamental se desprendeu toda a mitologia chibcha, tendo influência sobre os costumes e sobre a moral deste povo.

O mito de Bachue, mãe dos homens, o de Bochica, seu protetor e organizador social, o de Cuchaviva, que no arco-íris lhes prometia o perdão, todos eram filhos da água, divindade de poder ilimitado, cujo auxílio estava ao alcance de todos.

Assim, nesse país semi-aquático, era natural que o mito do dilúvio, presente no folk-lore de quase todos os povos, se apresentasse com cores locais bastante interessantes. Realmente sobre ele correm algumas lendas nas quais ocupa lugar de destaque Bochica, herói civilizador, enviado de Chuminiguaga, o Criador, cujas características e poderes são por nós desconhecidos. Os estudos feitos, até agora, sobre a cultura



não material dos chibchas ainda não foram suficientes para desfazer todas as dúvidas que esse estudo levanta. As lendas são, por vezes, contraditórias e a tradição confusa. Sentimo-nos embaraçados ao encontrar uma mesma entidade representando poderes diversos, quando não são opostos. Difícil se torna, por exemplo, definir com exatidão quem foi Bochica, ou correlacionar sua personalidade com a de outros heróis civilizadores, encontrados entre outros povos, pois, enquanto certas lendas não-lo apresentam como representante do sol, cuja religião introduziu entre os homens, outras o apontam como sendo o próprio sol, e portanto divindade de poder absoluto. A única coisa de que podemos estar certos nêsse particular é que Bochica ocupa um lugar de destaque na mitologia chibcha onde representa o Bem em luta contra o Mal e contra as forças da natureza, desde que elas prejudicarem a humanidade.

Há uma lenda que nos revela bem claramente essa característica. Como reza a tradição, os homens que viviam no planalto de Bogotá andavam nus e não possuíam religião nem organização social, até que certo dia apareceu Bochica para remediar essa situação. Sua esposa, Chia, mulher de rara beleza e grande perversidade, não podendo suportar a prosperidade do povo, recorreu a forças mágicas provocando terrível enchente do rio Funzha. Com suas plantações e casas arrasadas pereceram muitos homens e mesmo os que se haviam refugiado nas altas montanhas, livrando-se das águas, arriscavam-se a morrer de fome. Para castigar a esposa, Bochica a transformou em lua obrigando-a a iluminar a terra durante a noite, e depois com sua força gigantesca abriu na rocha o vale do Tequendama, por onde as águas passaram a correr despenhando-se em ruidosa cachoeira. Não parou aí a ação benéfica de Bochica; reconduzindo ao vale os sobreviventes, fê-los recomeçar a vida, ensinou-lhes o culto do sol, e procedeu a uma organização política do povo confiando o governo a dois chefes. Retirou-se depois para o vale de Iraca, perto de Tunja, onde viveu mil anos sendo depois substituído por Idacanzas.

Uma outra versão dessa lenda nos mostra Bochica, não como um homem entre os homens, mas como um deus já conhecido do povo e invocado quando as águas ameaçavam tragar em sua fúria infernal todos os habitantes do planalto. Certa tarde apareceu no céu um arco-íris e nas nuvens a sombra de um índio que com sua vara mágica rompeu as rochas que represavam as águas do lago Bogotá, formando-se assim o vale do Tequendama. Daí por diante Bochica passou a ser identificado com o arco-íris.

Uma terceira lenda nos mostra Bochica, como a força do Bem lutando contra o Mal encarnado desta vez em Chibchacum. Vencido este, foi obrigado a carregar o mundo às costas, e por isso era considerado como responsável pelos terremotos que abalavam a região, pois para os chibchas os tremores de terra ocorriam cada vez que Chibchacum passava de um ombro ao outro o pesado fardo que, como castigo, fora condenado a transportar.

Muitas coisas curiosas nos são reveladas através dessas lendas. Nela encontramos não só o mito do dilúvio, comum a outros povos (verdadeira Idéa elementar, no conceito de BASTIAN) como também a lembrança de uma era de heróis que lutaram para defender a humanidade de algum cataclismo. Bochica pode ser classificado como um Hércules chibcha. Não matou nenhum leão de Neméia, nem cortou as cabeças de uma hidra de Lerna, porém venceu Chibchacum, subjugou Chia obrigando-a a prestar um serviço aos homens.

Por outro lado, é interessante verificarmos que também entre os chibchas o aparecimento do arco-íris acompanha o término do dilúvio. A lenda chibcha não o apresenta expressamente como sinal de aliança entre Deus e os homens, como o faz a tradição bíblica, porém, também aqui, ele marca o fim de uma catástrofe, e passa, então, a ser adorado como um verdadeiro deus.

No que diz respeito à organização social e política essa influência parece ter sido grande, cabendo mais uma vez à água um papel de destaque. A drenagem dos lagos que cobriam grandes extensões foi feita durante séculos, com características locais, permitindo o esta-



belecimento de determinados grupos, nas zonas marginais. À medida que uma tribo se fixava num ponto, passava a explorar a terra, adquirindo prerrogativas sobre outros grupos que, por não terem ainda encontrado uma região suficientemente sêca, permaneciam nômades. Dessa forma, aos poucos se estabeleceu uma diferenciação entre as várias famílias, havendo algumas opulentas e orgulhosas e outras pobres e humilhadas; umas, poderosas e dominadoras, outras, fracas e dominadas. Assim, com o tempo, surgiram as classes sociais e as prerrogativas hierárquicas.

A região de Funzha foi a primeira a ser drenada e o grupo que aí se estabeleceu desfrutou a hegemonia sobre as tribos que se foram radicando nas terras desseccadas posteriormente.

Nessa região se estabeleceu o rei-

nado de Zipa que abrangia vários ducados menores.

Sendo a obra de drenagem atribuída a Bochica, compreende-se que tenha sido êle considerado o organizador social do povo. Os caciques tinham por êle uma veneração muito particular, pois que a êle deviam a constituição de seus reinos. Consagrou-se, assim, um mito nacional, como fundamento da autoridade. Generalizando esse princípio social entre os grupos formados em condições geográficas idênticas compreende-se facilmente a organização social desse enorme agregado que constituiu o Império Chibcha.

Sem levarmos essas considerações ao extremo, arriscando-nos a cair no conceito do **determinismo geográfico**, não podemos negar a influência do ambiente sobre o homem, e no caso focalizado, a influência do meio físico sobre a cultura chibcha.

# POEMAS DE PEDRO SALINAS

Tradução de  
HELICIO MARTINS

**T**U não podes vê-las;  
eu sim.  
Claras, redondas, mornas.  
Lentamente  
seguindo seu destino;  
lentamente, por partirem  
mais tarde de tua carne  
Vão a nada; são apenas  
isso, não mais, seu curso.  
E um rastro, ao longe,  
que se apaga em seguida.  
Astros?

Tu  
não podes beijá-las.  
Eu as beijo por ti.  
Sabem; têm sabor  
aos sumos do mundo.  
Que gosto negro e denso  
a terra, a sol, a mar!  
Ficam um momento  
no beijo, indecisas  
entre a tua carne fria  
e meus lábios; por fim  
arranco-as. E não sei  
se seriam para mim.  
Porque eu não sei nada.  
São estrélas, são signos,  
condenações ou auroras?  
Com olhar nem com beijar  
aprendi o que eram.  
O que querem se deixa  
ficar atrás, todo incógnito.  
E seu nome também.  
(Se eu as chamasse lágrimas  
ninguém me entenderia).

**E**STOU criando tua sombra.  
Tenho-a já sem os lábios,  
rubros e duros: ardiam.  
Eu os teria beijado  
ainda muito mais.

Logo aparo teus braços,  
rápidos, longos, nervosos.  
Me ofereciam o caminho  
para que eu te estrelasse.

Roubo-te a côr, o tamanho.  
Mato-te o passo. Vinhas  
direita para mim. O que mais pena  
me deu, ao silenciá-la,  
foi tua voz. Densa, tão cálida,  
mais palpável que teu corpo.  
Mas já ia trair-nos.

Assim  
meu amor está mais livre, sôlto,  
com tua sombra descarnada.  
E posso viver em ti  
sem temor  
àquilo que eu mais desejo,  
a teu beijo, a teus abraços.  
Estar agora pensando  
sempre nos lábios, na voz,  
no corpo,  
que eu mesmo te arranquei  
para poder, sem êles,  
querer-te.  
Eu, que os queria tanto!  
E estreitar sem fim, sem dor  
(enquanto vai intangível,  
com meu grande amor após,  
a carne por seu caminho),  
teu corpo único possível,  
teu doce corpo pensado.

## SONATA DA PRIMEIRA

### E ÚLTIMA CONTEMPLAÇÃO

FRED PINHEIRO

(Aluno da 2.<sup>a</sup> série do Curso de Jornalismo)

*Deixa que este momento se transfigure  
no trigo já pronto para o rito da ceifa,  
deixa a luz nascer e trombetear músicas  
sobre esta hora sem definição de adeus.*

*Deixa que o sol te mutila em claridades  
— enfrenta-o, na ousadia de tua nudez  
sem longitudes! Esconde-te nas ameias  
dos olhos que reprimem solidões de mar.*

*Na límpida duração do ar que se esvai,  
formula tua geometria de noturno segrédo,  
e à pureza desse instante, despoja-te  
no que tens de indeclinável, esquece  
o efêmero que a ampuheta verte — tédio  
a téio —, a beleza de teu corpo.*

*Elabora tua nudez e permanência, sem medo  
de que o vento a decepe em orvalho  
a se corromper na primeira certeza do dia.  
Nesta hora em que o verbo se faz carne,  
bebe o invisível alento que te circula  
e enfrenta o julgamento da madrugada  
em solidão a desvendar tuas lendas.*

*Na primeira e última contemplação, verei  
o milagre de tua nudez comovida  
antes que o não-ser final te chame  
para um novo ciclo de existências  
— pois contemplar o belo é triste e dói,  
e só o amor o retém, nesta contemplação  
onde o indizível nasce e morre, perdurando.*

# A CONSTITUIÇÃO DO VOCABULÁRIO

Prof. GLADSTONE CHAVES DE MELO

(Livre Docente de Língua Portuguesa)

Capítulo do livro  
Iniciação à Filologia Portuguesa,  
no prelo.

Procede de três fontes o acervo vocabular de qualquer língua: a continuidade linguística, a importação estrangeira e a formação vernácula.

1. Por **continuidade linguística** temos as palavras que constituem o fundo originário do idioma, as palavras **herdadas**, que nasceram com a língua e receberam a impressão de seus sinais característicos e de suas tendências marcantes.

No caso do português, são os vocábulos que se usavam no latim vulgar lusitânico e que continuaram a ser empregados pelo povo durante a fase românica, na fala de suevos, visigodos e mais gente que habitou a faixa ocidental da península, entre os séculos V e IX.

Por esse tempo, por força de circunstâncias históricas, políticas e sociais, que já nos são conhecidas, o latim coloquial da Lusitânia se foi alterando, segundo a linha de sua dialeção primitiva e enveredando por outros caminhos divergentes, até assumir fisionomia distinta e própria, que se chamou historicamente galégo-português.

Pois bem: tais alterações se processaram com singular regularidade, de

tal modo que a evolução fonética, por exemplo, se fez conforme determinadas pautas, ocorrendo tais ou tais acidentes sempre na mesma situação. Digamos: o — p — intervocálico da fase latina passou a — b —, o — l — caiu, o — dy — (1) — deu j —, o e final em determinados casos desapareceu, e assim por diante, do que são amostras **lupu** > **lôbo**; **maju** > **mau**; **hodie** > **hoje**; **sole** > **sol**.

Assim, o vocabulário português do século XI é substancialmente o mesmo que o do latim popular lusitânico, porém se apresenta modificado no aspecto.

Este vocabulário primitivo é o mais importante, não só por ser o mais frequente no uso comum, mas também por constituir a **fôrma** segundo a qual se modelarão, pelo tempo adiante, milhares e milhares de outras palavras, advindas da importação estrangeira ou decorrentes de formação vernácula. **Chorar**, **llorar** e **pleurer** são a mesma palavra latina **plorare**, com formas respectivamente portuguesa, castelhana e francesa, **piidade**, **piedad**, **piété** e **pietà** são a mesma palavra, que adquiriu, na evolução histórica e em lugares diversos,

forma portuguesa, castelhana, francesa e italiana.

2. Agora, depois de constituída a língua, depois que ela definiu seus tipos, que modelou suas fórmulas vocabulares, não fica estacionária. Sobretudo o léxico se enriquece dia por dia, em cada região, em cada estrato, em cada grupo social, em cada um de seus aspectos. É óbvio, porém, que a primeira fonte, a continuidade lingüística, secou. Onde pois, as novas palavras?

Provêm muitas da importação estrangeira, que pode ser histórica ou epistódica, segundo uma nomenclatura pessoal, à falta de melhor. Quer dizer: formada a língua, o seu vocabulário se acresce de outras inúmeras vozes conseqüentes de empréstimos de outros idiomas que, nem por isso, virão a cobrar a dívida. O mais das vezes, tais empréstimos se ajelam às fórmulas da língua adquirente, de tal modo que o apeduta não está em condições de saber que esta ou aquela palavra é estranha ao acervo tradicional do idioma. Experimente o leitor se reconhece, na lista seguinte, as vozes primitivas e as palavras importadas: caixa, cadeira, chefe, feitiço, cerveja, nau, estrangeiro, mestre, milagre, pombo, cena, jornal, parede, feliz, vital, plantar, plúmbeo, chapéu, junco, beladona, pastilha, trecho. Pois são tradicionais apenas caixa, cadeira, feitiço, cerveja, pombo e parede.

Chamamos de histórica a importação, quando ela decorre de contactos históricos de um povo com outro, como é o caso das palavras tupis no português do Brasil, — e de epistódica, quando é produto do intercâmbio cultural ou comercial. No primeiro caso, o veículo é quase sempre popular, no segundo, erudito: no primeiro caso, a vernaculização é imediata, no segundo muitas vezes tardia, quando não acontece de nunca se dar, de que é exemplo negligê cu cache-ol.

Como importação e jamais como continuidade lingüística se não de considerar as vozes latino-cultas, que se infiltraram na língua depois de constituída, pela ação dos escritores, religiosos, vernaculistas, puristas e gramáticos. Não pertencem elas à camada primitiva,

foram buscadas aos textos latinos, não sofreram evolução fonética, são verdadeiras "injeções do latim no português", segundo a pitoresca expressão de SAID ALI. Em frequentíssimos casos, a par de uma palavra tradicional temos um cultismo, e a nota distintiva é a presença ou a ausência do desgaste fonético: cadelra e cátedra, inteiro e íntegro, solteiro e solitário, malha e mácula, chão e plano, olho e óculo, etc.

A importação estrangeira é fonte sempre aberta de enriquecimento do léxico, porque ainda há muito que explorar no manancial do latim e do grego literários e porque felizmente continua, e cada vez mais intenso, o intercâmbio cultural entre os povos. Há no português palavras francesas, provençais, catalãs, espanholas, italianas, inglesas, alemãs, russas, turcas, holandesas, persas, malaias, tupis, bantus, nagôs, japonesas, chinesas, etc., etc., isto sem falar na contribuição germânica, na árabe e nas pré-romanas, que, a rigor, devem ser compreendidas na continuidade lingüística, tanto é verdade que as palavras daí advindas se alatinaram ou se romanizaram antes de existir a língua portuguesa.

Dentre todos os empréstimos, o acervo mais copioso é o de origem francesa, chegado, como se sabe, em grossas levas em várias ocasiões, desde os primórdios da língua literária, no século XII, até hoje em dia. Contra a onda de francesias se levantaram os puristas do fim do século XVIII, seguidos por vernaculistas, gramáticos, caturras e filólogos posteriores. Algum efeito sempre produziu a contínua campanha dos defensores da língua, porém muito alta vai a contribuição de Além-Pirineus.

Justo é que se guarde a pureza do idioma, justo que se mostre a riqueza da nossa língua e que se ponha a nu a pedanteria ou a ignorância dos vehiculadores de galicismos desnecessários ou tolos. Mas é preciso ter medida, reconhecer que o empréstimo é fenômeno normal em toda língua viva, curvar-se diante do fato e, sobretudo, não deixar influir antipatias e gostos pessoais no julgamento. Porque puristas há por aí, que se irritam sobremaneira com os gali-

cismos, sempre intoleráveis, que têm tal aversão às francesias que as querem de qualquer modo substituir, ainda que seja por um espanholismo ou por grotescas vozes manipuladas com elementos gregos ou latinos. É o que fazem aquêles que querem trocar avalanche por alude, pique-nique por convesconte, chauffeur por cinesiforo, pince-nez por nasóculos, cache-nez por colivelo, abajur por luci-vén e sei lá que mais...

Caido no uso comum, tende o estrangeirismo a despir-se dos trajes forâneos e vestir-se ao jeito da terra, como se vê em pudim, bife, clube, fraque, mandioca, mulambo, capivara, cigarro, futebol, etc.

Para se ter uma idéia de como é numerosa a contribuição estrangeira, basta, numa página ou num capítulo de qualquer livro, separar das vozes tradicionais as de empréstimo e determinar a proporção. A muitos sem dúvida surpreenderá o resultado da experiência.

3. Mas à língua não lhe bastam as palavras herdadas e as vozes importadas para atender às crescentes e sempre novas necessidades de expressão, nascidas do desenvolvimento da cultura, da tomada de consciência, da evolução histórica, do progresso material e espiritual, das paixões, dos erros, da tendência à recuperação da linguagem, embotada pelo desgaste.

Eis por que contam as línguas com vários processos de enriquecimento, haurido das suas próprias fontes, processos capitulados sob o nome de formação vernácula.

Toda língua tem aquilo que BALLY chamou de virtualidades, isto é, riquezas em potencial, desdobramentos implícitos, recursos latentes, que irão vindo à luz à medida das necessidades ou sob o império de variadas contingências, muitas vezes a mesma pobreza vocabular do sujeito-falante. Quem possui o sistema de determinada língua formará com a maior facilidade novas palavras, que, a rigor, não são novas, pois já existiam potencialmente no idioma, de tal modo que o sujeito-ouvinte as receberá sem surpresa, sem estranheza, sem reserva ou dúvida. Isso porque o sistema não foi rompido. Com-

pare-se a reação do sujeito-ouvinte ante estes dois fatos: referindo-se a alguém, direi "palmilheiro de ignorados caminhos"; e, contando um caso, "o automovel passou rápido e batou-se contra o muro". Na primeira hipótese, achar-se-á muito boa a minha expressão e pouca gente se lembrará de procurar num dicionário a palavra palmilheiro (que não se acha consignada em nenhum léxico); na segunda suposição, serei tido por louco ou bêbado de estranhas manifestações alcoólicas.

Todo nome e todo verbo da língua, mormente aquêles de mais rico conteúdo semântico, são fecundos mananciais de novos termos. Por mais numeroso que seja o acervo vocabular de uma língua, reduzem-se a muito poucas as palavras-tronco. O resto são palavras formadas ou são vocabulário técnico, comum a todas as línguas cultas.

4. Não concordam os lingüistas numa classificação para os diversos processos de formação de palavras. A nós nos parece que se pode enfeixá-los em três, irreductíveis entre si: derivação, mudança de classe e composição.

Consiste a derivação em se tirar uma palavra de outra, de tal modo que se sinta nítida a relação de parentesco entre o derivado e o derivante. A essência de tal processo é, pois, a filiação.

Por mudança de classe, como o nome indica, se deve entender a passagem de palavras de uma a outra classe gramatical, adquirindo no novo campo outra significação ou diverso matiz semântico. É, pois, essência do processo a deslocação de plano.

Na composição se juntam dois ou mais vocábulos de vida autônoma na língua, adquirindo o composto sentido novo em relação aos componentes. Essência de tal processo é a combinação de elementos pre-existentes.

Muitos lingüistas há que consideram a prefixação como um tipo de composição, o que não nos parece justo, primeiro, porque os prefixos são, por definição, elementos formadores, sem vida própria na língua, — segundo, porque na palavra resultante de prefixação se vê



clara a relação de parentesco, de **filiação**, característica da **derivação**.

5. Conceituada linhas atrás a **derivação**, diremos que ela pode ser **sufixal** ou **progressiva**, **prefixal**, **regressiva** e **parrassintética**.

Como diz o nome, **derivação sufixal** é o processo pelo qual se formam novas palavras, acrescentando-se um sufixo a um radical. É fecundíssimo o processo. De terra, por exemplo, temos, por meio de sufixação, **terrada**, **terrédigo**, **terrado**, **terral**, **terralina**, **terrantês**, **terráqueo**, **terrar**, **terrário**, **terreal**, **terrear**, **terreiro**, **terrejar**, **terrejola**, **terrenal**, **terrenalidade** (tripla sufixação), **terréu**, **terriça**, **terriço**, **terricula**, **terriola**, **terrola**, **terroso**, **terrunho**, etc.

Por sufixo se deve entender o elemento afixo, que traz alteração de sentido ao radical. No entanto, há casos em que o sufixo nada acrescenta ao derivante. Seja exemplo **-al**, em palavras como **divinal**, **maternal**, **eternal**, **fraternal**, algumas das quais já se tinham forjado no baixo-latim. Ou o sufixo **-eira**, em dialetismos como **rodeira** e **folheira**, que valem o mesmo que **roda** e **fôlha**. São casos, entre muitos, que nos mostram que as línguas estão longe de ser, como cuida muita gente, sistemas rigorosamente lógicos.

Quanto à **derivação prefixal**, ocioso é defini-la como processo de formar novas palavras pela aposição de prefixo a um radical: **refazer**, de **fazer**, **desmandar**, **circunavegar**, **incomum**, **hipersensível**. Como para os sufixos, casos há em que o prefixo nenhuma nova idéia ajunta ao radical: **alevantar**, **alimpar**, **amostrar**. Em muitos e muitos casos a palavra já nos vem prefixada do latim, por continuidade lingüística ou por empréstimo, de tal modo que, se o radical não tem representante em nossa língua, não se percebe espontaneamente a derivação. É o que se dá, por exemplo, com **inocente**, à base do verbo **nocere**, "prejudicar", à letra: "que não faz mal"; **infante**, à letra: "que não fala"; **ignóbil**, à letra: "indigno de ser conhecido", etc.

**Derivação regressiva** é o processo pelo qual se forma de um suposto deri-

vado uma palavra supostamente derivante. É uma derivação às avessas. Por isso mesmo, ao contrário da sufixal, que acrescenta algo ao radical, ela **subtrai**. Exemplifiquemos, por melhor compreendermos. O latim, de **honor**, por meio do sufixo **-are**, fez **honorare**, que continua no português **honrar**. **Honor** não tem representante no português tradicional, aparecendo como eruditismo tardio em expressões como "dama de honor". Pois bem: como o povo está habituado a derivar de substantivos ou adjetivos os verbos da primeira conjugação, supõe que **honrar** é derivado. Mas derivado de que? De **honra**, palavra que, então, passa a ter livre curso na língua. Portanto, historicamente, **honrar** preexiste a **honra**, que surgiu por sugestão do verbo. É, pois, um **derivado regressivo** de **honrar**. A maioria dos regressivos são substantivos deduzidos de verbos e, por isso mesmo, designam ação. Não raro, procedem de um mesmo verbo um derivado sufixal e um regressivo, como é o caso de **esgotamento** e **esgote**, **reclamação** e **reclamo**, **escoamento** e **escoa**, **bombardamento** e **bombardeio**, **aparelhamento** e **aparelho**, etc.

Os regressivos de verbos se dizem nomes verbais, **deverbais** ou **post-verbais** e são masculinos em **-o**, masculinos em **-e**, femininos em **-a**, ou biformes em **-n**, **-a**. Exemplificando: **amparo**, **adorno**, **atraso**, **amanho**, **castigo**, **emprego**, **vão**, **erro**, **começo**, **suspiro**, **descanso**, **desprezo**, **mando**, **desmando**, **confronto**, **rodeio**, **bloqueio**, **grangelo**, **custeio**, **vozeio**, **festejo**, **gracejo**; **embarque**, **destaque**, **combate**, **rebate**, **levante**, **toque**, **corte**, **debate**, **encaixe**, **realce**; **amarra**, **pescas**, **conserva**, **limpa**, **monda**, (do verbo arcaico "mondar", "limpar", "capinar"), **desova**, **leva**, **engorda**, **desobriga**, **apanha**, **muda**, **esfrega**, **afronta**, **rega**, **poda**, **visita**, **derruba**, **lavra**, **entrega**, **fala**; **pago** e **paga**, **grito** e **grita**, **custo** e **custa**, **trôco** e **troca**. (V. SAID ALI, *Formação de palavras e sintaxe do português histórico*, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, 1923, p. 35, ou *Gramática histórica da língua portuguesa*, Cia. Melhoramentos de S. Paulo, s/d, [1931], II parte, p. 35, donde extralo quase toda esta exemplificação).

Conquanto muito mais raro, formam-se derivados regressivos de nomes, processo talvez privativo da linguagem popular. Assim, de *estrangeiro*, cunhou a gente inculta a voz *estranja*, que significa "terra alheia", "outro país", "região longínqua"; do arcaico *demão* terá surgido o vulgar *demo* (2), etc.

A máxima parte dos derivados se formam por analogia com outros, de tal modo que o grande SAUSSURE pôde ver na elaboração dos derivados sufixais uma operação mental semelhante à da quarta proporcional em matemática. Coisa assim: *bonus* : *bonitas* :: *carus* : *x*. Onde, *x* é igual a *caritas*. Aplicando à derivação regressiva o esquema de SAUSSURE diremos que neste processo há um raciocínio comparável ao da terceira proporcional: *almôço* : *almorçar* :: *x* : *jantar*. Onde, *x* é igual a *janta*.

Derivação parassintética é aquela em que concorrem um prefixo e um sufixo para a formação da nova palavra. A maioria absoluta dos parassintéticos são verbais, procedentes, ora de base substantiva, ora de adjetiva, acrescida, uma e outra, quase sempre de prefixos *a-*, *es-* ou *en-*. Amostras de base substantiva: *esfarelar*, *esbofetear*, *acolchoar*, *abotoar*, *apavorar*, *empastelar*, *envasilhar*, *enfarinhar*; de base adjetiva: *avivar*, *amornar*, *adoçar*, *aquecer*, *enlouquecer*, *esclarecer*, *empalidecer*, *ensandecer*, *estontear* (3).

À primeira vista se dirá que palavras como *aleitamento*, *incorporação*, *enregelamento*, *empastelamento*, etc., são parassintéticos nominais. Mas basta considerar melhor que logo se verá que são derivados sufixais dos verbos correspondentes, eles sim, parassintéticos: *aleitar*, *incorporar*, etc.

6. Agora, uma palavra sobre o segundo processo de formação vernácula de palavras.

Segundo vimos, consiste a mudança de classe numa transposição de plano, na passagem de determinada palavra, de uma para outra classe gramatical, adquirindo, por força de tal deslocação, novo matiz semântico ou sentido inteliramente outro.

Assim é que substantivos comuns se tornam nomes próprios, quer locativos, quer personativos. Particularmente rica é a exemplificação neste último setor: *Leite*, *Silva*, *Ferreira*, *Oliveira*, *Prado*, *Campos*, *Frazão*, *Pires*, *Ribeiro*, *Monte*, *Carneiro*, *Lôbo*, *Cão*, *Camelo*, *Coelho*, *Fontes*, *Pardal*, *Flores*, *Fróis* (plural de *are*, *frô*, "flor"), *Fontainha* (diminutivo do arcaísmo *fontãa*: "fonte"), *Pereira*, *Bulcão*, *Bulhões*, *Guerra*, *Batalha*, *Paz*, *Raposo*, *Leão*, *Pôrto*, *Pena*, *Pontes*, *Quadros*, *Leitão*, *Cesta*, *Cruz*, *Dias*, *Carvalho*, *Estrêla*, *Matos*, *Pinheiro*, etc., etc. Nomes geográficos vindos da classe de substantivos comuns temos em *Campos*, *Campinas*, *Caipanha*, *Recife*, *Rio*, *Sertãozinho*, *Fortaleza*, *Baía*, *Alagoas*, *Pombal*, *Araucária*, *Arpias*, *Barreiros*, *Prados*, *Bicas*, *Saúde*, *Fórmiga*, *Fama*, *Pôrto*, *Santos*, *Leguna*, *Pelotas*, *Fatos*, *Passos*, *Juazeiro*, *Pedra*, *Solidade*, *Rodeio*, etc., etc., isto sem falar em compostos do tipo *Águas-Claras*, *Belmonte*, *Valverde*, *Volta-Redonda*, *Campina-Grande*, *Três-Corações*, *Ouro-Preto*, *Pedra-Branca*, *Ponte-Alta*, *Cabo-Frio*, *Pôrto-Alegre*, *Belo-Horizonte*, *Pouso-Alegre*, *Pouso-Alto*, *Água-Choca*, *Campo-Belo*, *Mato-Grosso*, *Pogo-Fundo*, ou do modelo de *Poços-de-Caldas*, *Chapéu-d'Uvas*, *Barra-do-Piraí*, *Pati-do-Alferes*, *Parada-do-Monte*, etc., etc.

Pelo contrário, não poucos substantivos próprios passam a comuns, do que são exemplos, *carrasco*, *belchior*, *damaço*, *ferrabrás*, *figaro*, *macadame*, *tartufo*, *anfiteatro*, *champanha*, *panamá*, *chile*, *esculápio*, *casimira*, *gilete*, *sanduíche*, *colônia* (água de Colônia), *astracá*, *angorá* (lã), etc., etc.

Qualificativos mudam-se em substantivos: *pêssego* (lat. *persicu*, de *Pérsis*), *avelã* (lat. *abelana*, de *Abela*), *maçã* (lat. *matiana*), *romã* (lat. *romana*), *tangerina* (de *Tanger*), *estio*, *inverno*, *verão* (nos três últimos, já transpostos no lat., há subentendida a palavra *tempus*: *tempus aestivus*, *hibernus*, *veranus*), *dízima* (lat. *decima*), *quinta*, *valenciana*, *quarta*, *média*, *veneziana*, *persiana*, etc.

Participípios, passados ou presentes, dão substantivos: *cinto* (de *cinctu*, do verbo *cingere*), *defesa* (femin. de *defeso*

de defensu), despesa, espôso, colheita, missa, vista, finado, vista, mandado, ferida, pousada, partida, conteúdo (part. arcaico de conteer); tinta (femin. de tinte), expresso, impresso, caminhada, etc.; nascente, poente (do arc. poer), crente, estante, corrente, enchente, lente, corante, amante, brilhante, batente, consoante, constituinte, pedinte, ouvinte, tenente, etc. (4).

Não têm conta os infinitivos que se substantivam: prazer, ser, caminhar, pesar, poder, haveres, afazeres, cantar, andar, respirar, etc., etc. Autores há, como HERCULANO por exemplo, que usam e abusam dos infinitos substantivados, por dar mais energia e movimento ao estilo; Eurico apresenta centenas de exemplos, com os mais variados verbos.

Formas verbais conjugadas também não raro se substantivam, como vemos em pega, quebra, vale, acórdão, viva, provará, ou nos latinismos deficit e superavit.

Palavras invariáveis se fazem substantivos: o sim, o não, "sem quê nem porquê", "tudo tem os seus conformes", os prós e os contras.

Não é sem exemplo a passagem de substantivos à classe dos qualificativos: "um sujeito cachorríssimo", "um aluno burríssimo", fazenda-modêlo, menino-prodígio, sujeito pau, etc.

Adjetivos há que se tornam advérbios: falar alto, gemer fundo, vender barato, entender fácil, respirar profundo, conversar baixo.

Algumas preposições de nossa língua são participios que mudaram de classe: mediante, durante, salvo, exceto, consoante, tirante.

Formas verbais ou advérbios funcionam como conjunções: quer ... quer, seja ... seja, mas (arc. e pop. mais), já ... já, sem falar de embora, contração de em boa hora.

Note-se que, na maior parte dos casos de mudança de classe, a palavra se põe muito à vontade no novo campo, tanto é verdade que não sentimos a deslocção. Achamo-nos como diante do nome-primeiro. Quem pensa no animal e na árvore, quando chama alguém de Coelho Pereira?

7. Da composição muito há que dizer, mas nos acingiremos ao essencial.

Consiste o processo, como é sabido, em combinarem-se dois ou mais elementos autônomos da língua para se exprimir uma nova idéia: tira-teima, contagotas, caneta-tinteiro, aguardente.

Os compostos se classificam, segundo variados critérios, em perfeitos e imperfeitos, aglutinativos e flexivos, justapostos e elíticos, coordenativos (diz-se propriamente da composição) e subordinativos, analíticos e sintéticos.

Tendo-se em vista a autonomia fonética dos componentes, diz-se que a composição é perfeita ou imperfeita. Perfeita, quando um dos elementos, o primeiro, perde a sua tonicidade, ficando o composto sujeito a um único acento tônico: aguardente, pontapé, fONSECA (de fonte-séca), fidalgo (de filho d'aliçon), o quinhão sagrado da terra, entre os muçulmanos, se é verdadeira a tese de AMÉRICO CASTRO), pundonor, morcêgo. Porque sofreram adaptação às tendências fonéticas e morfológicas da língua, ou porque já nos vieram feitos, são de composição perfeita a maioria dos estrangeirismos: marechal (marah-scalc, "servo do cavalo"), potassa (pott-ashe, "cinza de panela"), sala-maleque (as-salam-alaik, "a paz seja contigo"), pedestal (pede-stallo, "assento do pé"). Imperfeita é a composição em que os elementos conservam a sua independência fonética: saca-rolha, troca-tintas, bate-papo, quebra-nozes. A distinção tem importância para a ortografia, uma vez que os compostos perfeitos se escrevem numa só palavra, ao passo que os imperfeitos em tantas quantos são os elementos, que, então, se unem por hífen.

Já de pouca monta é a discriminação dos compostos em aglutinativos e flexivos, justapostos e elíticos, coordenativos e subordinativos.

Na primeira dicotomia, tem-se em vista a integridade morfológica do primeiro elemento. Se ela se mantém, é aglutinativa a composição: vai-vém, guarda-roupa; se ela se desgasta, a composição é flexiva: pernillongo, boqui-aberto, carifranzido, homicídio.

Aqui é de notar que nos compostos flexivos de tipo latino, a vogal de ligação é -i-, nos de tipo grego, -o-: **matri-cídio**, **plebiscito**, **silvícola**, **peruibambo**, **boquimurecho**; **histologia**, **sarcófago**, **gas-trônomo**, **ciclotímico**.

Tomando-se como critério a interpretação semântica do composto, diz-se que a composição é **justaposta**, quando o significado se deduz íntegro dos componentes, e **elítica**, quando o espírito há de suprir elementos subentendidos: **guarda-roupa**, **surdo-mudo**, **engole-espadas**, **troca-tintas**; **pontapé** (**pancada dada com a ponta do pé**), **boquiaberto**.

**Coordenativa** é a rara composição em que os elementos estão entre si em pé de igualdade; **subordinativa**, aquela em que há um determinante e um determinado: **surdo-mudo**, **vai-vem**, **chovenão-molha**, **leva-e-traz**; **conta-gôtas**, **guarda-marinha**, **uxoricida**.

Neste último caso, há que distinguir-se a composição **analítica** da **sintética**. Naquela, o determinante vem depois do determinado; nesta vem antes. Tem seu valor a distinção, porque o português e as demais línguas românicas quase que só conhecem a composição analítica, ao passo que o latim clássico, o grego e as línguas germânicas só forjam compostos sintéticos. Se não, veja-se: **amor-perfeito**, **cata-vento**, **gar-**

**da-chuva**; **matrimônio**, **fratricídio**, **filósofo**, **antologia**; **Iahrbuch**, **Woerterbuch**, **Vaterland**, **tea-cap**, **yearbook**, **cock-tail**.

Note-se que quase todos os raros compostos sintéticos que figuram na língua portuguesa já vieram feitos do latim, foram cunhados sob o modelo latino ou são criações muito recentes influenciadas pelo inglês: **patrimônio**, **formicida**, **rodovia**, **ferrovia**.

E, com isto, chegamos ao fim deste capítulo, que talvez tenha desafinado um pouco do tom geral do livro.

(1) — Por convenção científica, representa-se por y o i consoante, que surgiu numa infinidade de palavras latinas na fase românica, quando ao i vogal e átono se seguia outra vogal.

(2) — Hipótese a mim comunicada, em palestra, por SERAFIM DA SILVA NETO.

(3) — Colhi à larga exemplos na mesma fonte atrás indicada para os derivados regressivos.

(4) — Colho vários exemplos no excelente **Pontos de gramática histórica**, de ISMAEL DE LIMA COUTINHO, 2.<sup>a</sup> edição melhor., Cia. Editora Nacional, 1941, p. 61.

# Sobre um Método para a Determinação de Calores Específicos a Pressão Constante e Graus de Hidratação

Abrimos espaço para esta comunicação original, amostra significativa do trabalho que os alunos dos cursos científicos da Faculdade vão realizando, apesar das limitações, de ordem material sobretudo, que têm de confrontar.

SÉRGIO MASCARENHAS  
LUIZ PAULO M. MAIA  
IVAN C. FREIRE

(Do Curso de Química)

## 1. FUNDAMENTOS

Da observação das curvas de aquecimento de sulfato de cádmio, curvas essas traçadas em um espaço tempo-temperatura e obtidas em uma experiência de determinação do ponto de transição daquela substância, levantamos a hipótese da possibilidade de existência de uma relação linear entre os calores específicos a pressão constante dos diversos corpos e as curvas de aquecimento, num espaço-temperatura, desses corpos. Se isto acontecesse ser-nos-ia possível estabelecer um método para a determinação de calores específicos a pressão constante, método este não envolvendo explicitamente a medição de quantidades de calor. Tal fato se constituiria então numa vantagem de ordem prática, de vez que o lançamento das referidas curvas de aquecimento é um trabalho muito menos penoso que o das medidas calorimétricas.

Denotando por  ${}_1C_p$  e  ${}_2C_p$  os calores específicos a pressão constante de duas substâncias, 1 e 2, respecti-

vamente, por  $\text{tg } \theta_1$  e  $\text{tg } \theta_2$  os coeficientes angulares das curvas de aquecimento dessas substâncias, e tomando intervalos de temperatura de amplitude suficientemente pequena para tornar plausível a hipótese usual da constância de  ${}_1C_p$  e  ${}_2C_p$  (o que acarreta a linearidade das curvas de aquecimento de 1 e 2), parecia-nos que

$$\frac{{}_1C_p}{{}_2C_p} = \frac{\text{tg } \theta_2}{\text{tg } \theta_1} \quad (1)$$

A primeira etapa do nosso trabalho deveria ser, portanto, a demonstração da veracidade da (1). Essa demonstração poderia ser feita por via experimental ou teórica. Esta última, por nos parecer mais rápida, foi tentada em primeiro lugar e nos conduziu a um resultado satisfatório. Partimos de considerações calorimétricas elementares e chegamos até a (1), como passamos a expor.

Denotando por  $\Delta Q$ ,  $C_p$ ,  $m$  e  $\Delta T$ , respectivamente o calor absorvido, o calor específico a pressão constante, a massa e a variação de

temperatura no processo de aquecimento de uma substância qualquer, podemos escrever, como é sabido da Calorimetria,

$$\Delta Q = m C_p \Delta T \quad (2)$$

Por outro lado, denotando por  $t$  o tempo e por  $c$  a intensidade, em função do tempo, do calor absorvido pelo corpo, ou seja, a derivada temporal do calor a êste cedido pela fonte térmica

$$c = \frac{dQ}{dt} \quad (3)$$

podemos escrever

$$dQ = c dt$$

ou seja, se a fonte térmica estiver funcionando em regimen permanente,

$$\Delta Q = c \Delta t \quad (4)$$

Mas, pelo 1.º princípio da Termodinâmica, o  $\Delta Q$  da (2) é igual ao da (4). Conseqüentemente temos que

$$m C_p \Delta T = c \Delta t$$

donde

$$C_p \frac{\Delta T}{\Delta t} = \frac{c}{m}$$

ou seja, notando que  $\frac{\Delta T}{\Delta t} = \text{tg } \theta =$

= coeficiente angular da curva (reta) de aquecimento da substância, e

$$\text{pondo } \frac{c}{m} = K,$$

$$C_p \text{ tg } \theta = \frac{c}{m} = K \quad (5)$$

Se tomarmos agora duas substâncias, 1 e 2, de massas  $m_1$  e  $m_2$  e calores específicos a pressão constante  ${}_1C_p$  e  ${}_2C_p$ , respectivamente, e calcularmos por ex. pelo método dos mínimos quadrados, suas curvas de aquecimento, utilizando dados de duas experiências tais que nelas se tenha

$$\frac{c_1}{m_1} = \frac{c_2}{m_2} \quad (6)$$

onde  $c_1$  e  $c_2$  são as derivadas temporais do calor cedido pelas fontes térmicas aos corpos 1 e 2, respectivamente, teremos que

$${}_1C_p \text{ tg } \theta_1 = K$$

$${}_2C_p \text{ tg } \theta_2 = K$$

donde

$$\frac{{}_1C_p}{{}_2C_p} = \frac{\text{tg } \theta_2}{\text{tg } \theta_1} \quad (1)$$

Frizemos que a única restrição feita para a dedução da (1) foi a da hipótese aceita da constância do calor específico a pressão constante de uma substância em um certo intervalo de temperatura. Mas tal fato teve uma cabal aprovação em um grande número de experiências que realizamos sôbre enxôfre  $\alpha$  e  $\beta$  num intervalo de temperatura de 3º C, para cada uma dessas fases.



## 2. APLICAÇÕES

a) *Determinação do calor específico a pressão constante de uma substância.* — A (1) forneceu-nos a base teórica sobre a qual nos apoiamos para a proposição de um método de determinação dos calores específicos a pressão constante, método este que permite evitar medidas de quantidade de calor.

Suponhamos que se queira determinar o calor específico a pressão constante,  ${}_1C_p$ , de uma substância 1. Para tal determinam-se as retas de aquecimento da substância 1 e de uma outra, 2. (E, conseqüentemente, ficam determinados os seus coeficientes angulares). No aquecimento devem-se usar fontes térmicas tais que a condição (4) seja satisfeita; devem-se também usar massas tais das substâncias que a condição (6) seja preenchida. A (1) fornece-nos o calor específico a pressão constante da substância 1 em função do da 2. O calor específico da substância 2 é, portanto, tomado como termo de comparação. Devemos, conseqüentemente, escolher um calor específico para unidade e referir a êle todos os outros. E é o que se faz usualmente, qualquer que seja o método empregado.

É de se notar que o método proposto se torna extremamente simples quando se trata de determinar calores específicos de fases diversas de uma mesma substância que se não hidrata na mudança de fase, de vez que em tal caso se torna muito fácil satisfazer a (6).

b) *Determinação do grau de hidratação de uma substância* — É sabido que certas substâncias mudam

seus graus de hidratação numa temperatura fixa (algumas outras condições permanecendo as mesmas), transformações essas que correspondem a mudanças de fases. Como a cada fase corresponde um calor específico a pressão constante, podemos lançar mão da (5) para determinar o novo grau de hidratação de uma substância em outra fase, conhecido o de uma delas. Para tal devemos determinar as curvas de aquecimento da fase da substância da qual se quer determinar o grau de hidratação e da fase da qual se conhece esse grau. No aquecimento deve ser satisfeita a condição  $c_1 = c_2$ , em que  $c_1$  e  $c_2$  têm os significados dados pela equação (3). Essa condição é muito facilmente satisfeita se as curvas forem determinadas em uma só experiência.

Seja uma substância com grau de hidratação  $n_1$ , isto é, uma substância tal que encerra  $n_1$  moles de  $H_2O$  em cada mol, e seja essa substância mudar de fase em uma temperatura fixa, transicionando também o seu grau de hidratação para  $n_2$ . Aplicando a (5) a essa substância na fase 1 (grau de hidratação  $n_1$ ) teremos que

$${}_1C_p \operatorname{tg} \theta_1 = \frac{c}{m + 18 n_1} \quad (7)$$

onde

${}_1C_p$  = calor específico a pressão constante da substância na fase 1.  
 $m$  = massa molar da substância anidra.

$$c = \frac{dQ}{dt}$$

$\text{tg } \theta_1 =$  coeficiente angular da reta de aquecimento da fase 1.

Aplicando a (5) à substância na fase 2 (grau de hidratação  $n_2$ ) teremos que

$${}_2C_p \text{tg} \theta_2 = \frac{c}{m + 18 n_2} \quad (8)$$

De (7) e (8) concluímos que

$$(9) \quad n_2 = \frac{1}{18} \left( \frac{{}_1C_p (m + 18 n_1) \text{tg} \theta_1}{{}_2C_p \text{tg} \theta_2} - m \right)$$

expressão esta que nos dá o grau de hidratação da substância na fase 2 em função dos calores específicos a pressão constante da substância nas fases 1 e 2, da massa molar da substância e dos coeficientes de aquecimento da substância nas fases 1 e 2.

No caso particular da fase 1 considerada ser anidra a (9) passa a ser escrita (de vez que  $n_1 = 0$ )

$$n_2 = \frac{m}{18} \left( \frac{{}_1C_p \text{tg} \theta_1}{{}_2C_p \text{tg} \theta_2} - m \right)$$

ou seja tendo em conta a (5),

$$n_2 = \frac{m}{18} \frac{K_1 - K_2}{K_2}$$

onde puzemos

$$K_1 = {}_1C_p \text{tg} \theta_1$$

$$K_2 = {}_2C_p \text{tg} \theta_2.$$

Proseguimos agora nos laboratórios de Física da F. N. F. na comprovação experimental dos dois métodos propostos, esperando em breve publicar os resultados obtidos

Queremos finalmente agradecer ao Prof. J. Costa Ribeiro pelo que muito nos auxiliou teórica, técnica e materialmente, à D. Alice B. Terra e Sr. J. Dias Assunção, pelo auxílio material, e aos colegas que tomaram parte ativa em muitas determinações: Yvonne Primavera, Edno Brandão, Luís Adolfo Moreira Carneiro e Pedro Falcão.

# PARECER

THEMÍSTOCLES CAVALCANTI

Atendendo à consulta feita pelo Diretório Acadêmico, o Prof. Themístocles Cavalcanti, catedrático da Universidade do Brasil, emitiu o seguinte parecer sobre a situação dos Licenciados por Faculdades de Filosofia e o preenchimento de vagas no magistério secundário oficial.

Versa a consulta sobre a situação dos licenciados da Faculdade Nacional de Filosofia em face dos concursos abertos para os cargos de professores dos estabelecimentos de ensino secundário da Prefeitura do Distrito Federal, tendo em vista a legislação vigente, os editos do concurso já publicados e a situação dos interinos.

A questão merece realmente um exame objetivo, considerando-se em primeiro plano, o sistema de concursos para provimento dos cargos de magistério, em face da Constituição e da nossa legislação de ensino, e de outro lado, a situação peculiar dos licenciados pelas Faculdades de Filosofia com precedência absoluta para o ingresso no magistério secundário. A afirmação constitucional de que o acesso aos cargos públicos mediante concurso é assegurado a todos os brasileiros, mediante os requisitos que a lei estabelecer, pressupõe naturalmente exigência de títulos e capacidade, idade, etc., e não pode constituir privilégio para uma determinada classe de indivíduos.

Lógicamente o concurso em que somente os interinos são admitidos, fere o preceito da Constituição, porque, sendo a nomeação interina de livre escolha, anula-se a prova de seleção, revertendo o processo para um regime em que são admitidas apenas as previamente esco-

lhidos, o que representa a negação do próprio sistema do concurso.

Seria tolerável o processo consignado no decreto-lei 9.909 de 17 de setembro de 1946, como medida transitória, fruto de uma legislação pré-constitucional, cujo objetivo maior seria um reajustamento dos quadros do magistério secundário.

Como preceito permanente não pode ser tolerado em face da Constituição, do Estatuto dos Funcionários Públicos e da legislação de ensino.

Nenhuma lei revogou de modo permanente, (e somente o decreto-lei n.º 9.909 tentou fazê-lo em caráter transitório) as prerrogativas dos licenciados pelas Faculdades de Filosofia para o ingresso no magistério secundário, que subsistem em sua integridade como pressuposto para a inscrição em concurso no magistério secundário.

Mesmo o que dispõe o artigo 5 do decreto-lei n.º 8.777 de 2 de janeiro de 1946, em sua primitiva ou nova redação, só se aplica àqueles que naquela data já se achavam registrados com os requisitos ali enumerados.

Quando, portanto, cogitar-se de concurso para o magistério secundário, deve-se sempre admitir como pressuposto, como exigência prevista em lei, o requisito da legislação do ensino secundário, isto é, o registro no Departamento Nacional de Educação dos licenciados por Faculdade de Filosofia.

Os interinos, portanto, que não satisfizerem essa condição, estão afastados do concurso.

Foi, aliás, a tese que sustentamos, em parecer, na Consultoria Geral da República, *in verbis*:

"I — De acôrdo com o Estatuto dos Funcionários Públicos o regime normal de provimento dos cargos públicos é o concurso. Foi esse o processo de seleção preferido pelo legislador.

A nomeação independente desta formalidade somente se justifica ou quando a lei expressamente declara ser outro o meio de provimento ou quando este é feito em caráter interino, isto é, transitório, pela necessidade de uma substituição ou aguardando, em caso de vaga, o provimento efetivo por concurso, do cargo.

Aberta a inscrição para o concurso exigiu a lei a inscrição também dos interinos, o que se deverá fazer **ex-officio** (art. 17, § 3.º do Estatuto).

Mas isto não constitui um **direito** do interino, antes é uma obrigação, um **ônus** que a lei impõe, tanto assim que sujeita à pena de demissão o interino que não satisfizer as exigências estabelecidas para o concurso, o que importa no reconhecimento implícito da falta de qualidade do interino para o exercício efetivo do cargo em que fôra interinamente provido.

Não importa esta inscrição **ex-officio**, entretanto, em reconhecer-se qualquer privilégio dos interinos, no tocante às exigências estabelecidas para o concurso, exigências que devem ser comuns a todos sob pena de subverter-se a noção do concurso como processo de ampla seleção, abrangendo em igualdade de condições, quantos preencham as formalidades previstas nos editos.

A interinidade não pressupõe capacidade, e quando a presumir-se, esta seria **si et in quantum** e não **juris tantum**, dependendo a efetivação de uma comprovação posterior de competência em concurso.

E, por isso, o Estatuto expressamente impôs ao interino as mesmas exigências e condições previstas para o concurso, não somente aquelas gerais comuns a todas as provas de seleção (idade, serviço militar, saúde, etc.) mas ainda outras específicas, inerentes ao caráter peculiaríssimo do concurso.

A dispensa dessas últimas exigências não se pode presumir, mas deve resultar expressamente da lei. É a boa aplicação do princípio da igualdade de todos perante a lei que só pode encontrar exceções na própria norma objetiva (ver JELLINEK — **Diritti pubblici subbiettivi**, pg. 154. PETROZIELLO — **Il rapporto di pubblico impiego in Primo Trattato completo de Orlando** — vol. II, parte 3.ª — pgs. CXXXVII).

Assim, a presunção de capacidade comprovada pelo exercício do cargo de maneira eficiente, demonstração de capacidade e competência para a função, somente comum, por isso que aproveita somente a uma classe ou categoria de indivíduos.

Dentro, porém, de norma geral do Estatuto e do espírito que a ditou, de uma ampla seleção, não vejo como excluir-se o interino das condições especiais exigidas para os demais candidatos.

Somente a lei expressa poderia estabelecer, poderia criar situação especial para os interinos, ou admitir que o provimento interino suprisse a certas condições impostas à generalidade dos candidatos.

Outro, porém, é o que determina o Estatuto, em termos expressos, quando diz em seu artigo 17, § 4.º e 5.º **in verbis**:

"Parágrafo 4.º — A aprovação da inscrição dependerá da satisfação, por parte do interino, das exigências estabelecidas para o concurso.

Parágrafo 5.º — Aprovadas as inscrições, serão exonerados os interinos que tiverem deixado de cumprir o disposto no parágrafo anterior".

Não há, pois, como deixar de impor aos interinos as mesmas exigências previstas pelos editais para todos os candidatos.

Foi a opinião que já tive oportunidade de emitir, em tese, quando escrevi:

"Aprovadas as inscrições e não se habilitando o interino, deverá

ser desde logo exonerado, o que, aliás, é lógico porque aí se verificará que o mesmo não satisfaz às condições gerais exigidas para o exercício do cargo". (Tratado de Direito Administrativo — vol. III — pg. 173).

II — O artigo 273 do Estatuto, a fim de dar maior flexibilidade ao regime jurídico de certas categorias funcionais, atribuiu à legislação especial "o provimento nos cargos e a transferência, a substituição e as férias dos membros do magistério e do ministério público" e subsidiariamente permitiu a aplicação das disposições do mesmo Estatuto.

Assim determinando, atendeu apenas à realidade dos fatos, reconhecendo na vida funcional do Ministério Público e do magistério, peculiaridades incompatíveis, muitas vezes, com o sistema uniforme, rígido, do Estatuto.

Os termos do artigo 273 são, porém, taxativos quando manda aplicar naqueles casos a legislação especial no provimento, transferência, substituição e férias do magistério.

Por isso mesmo, o processo de provimento, a organização dos concursos, a constituição de mesas examinadoras estão fora do sistema geral do Estatuto.

Ora, os dispositivos do artigo 17 referem-se com absoluta evidência, ao regime de provimento dos cargos públicos, e incluído no capítulo "das nomeações".

Não vejo, portanto, como possa haver dúvida quanto à aplicação das leis especiais do ensino à hipótese em apreço, tanto mais quanto a nomeação interina já por sua vez, obedeceu a um regime peculiar imposto pelas condições especiais da Faculdade Nacional de Filosofia.

Assim respondendo à consulta que me foi feita:

a) a inscrição ex-officio pelo regime do Estatuto pressupõe a satisfação pelo interino das condições gerais e especiais exigidas pela lei para todos os candidatos;

b) no caso especial dos professores não me parece ter aplicação o disposto no Estatuto relativamente à inscrição ex-officio dos interinos, devendo as inscrições regerem-se pelas leis especiais relativas ao ensino".

E não temos motivos para alterar, senão para manter, o que ali dissemos.

Finalmente cumpre insistir sobre a aplicação à espécie, do disposto no artigo 168, VI — da Constituição quanto ao provimento das cátedras no ensino secundário, onde se exige obrigatoriamente o concurso.

Prezende-se que o cargo de professor secundário não se confunde com a cátedra mencionada no preceito constitucional.

Nada mais absurdo. O titular efetivo da cátedra no magistério público, exerce um cargo público pela natureza estável, permanente da função.

O que não se pode é negar ao titular desse cargo estável, de professor na regência permanente de uma cadeira, o título de catedrático, e, portanto, no exercício de uma cátedra.

O preceito constitucional é de aplicação obrigatória, principalmente em se tratando de cargo isolado quando se torna mais evidente a situação do catedrático.

#### EM RESUMO:

- 1 — Subsistem em toda a sua plenitude as prerrogativas atribuídas pela lei aos licenciados pelas Escolas de Filosofia, para inscrição em concurso do magistério secundário.
- 2 — A condição de interino não o isenta de preencher as condições de habilitação exigidas para os demais candidatos.
- 3 — O preenchimento do cargo isolado de professor das diversas disciplinas das Escolas Secundárias da Prefeitura do Distrito Federal, equivale ao das cátedras de que fala o artigo 168, VI — Constituição Federal.

F N F



*Publicação anual do*

*DIRETÓRIO ACADÊMICO*

*da*

*FACULDADE NACIONAL DE FILOSOFIA*



*Departamento Cultural*



*MARÇO DE 1951*

Arquivos Históricos, CFE - Unicamp